

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA – PPGP

ANTONIO ATENILDE RUFINO DA SILVA

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NO PIAUÍ: O
CASO DO VALE DO SAMBITO

TERESINA
2020

ANTONIO ATENILDE RUFINO DA SILVA

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NO PIAUÍ: O
CASO DO VALE DO SAMBITO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí para obtenção do grau de mestre em Gestão Pública, sob a orientação do Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas.

Área de concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Instituições e Políticas Públicas.

TERESINA
2020

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

S586p Silva, Antônio Atenilde Rufino da.
Participação social nas políticas de desenvolvimento
no Piauí : o caso do Vale do Sambito / Antônio Atenilde
Rufino da Silva. – 2020.
105 f.

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) –
Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.
“Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas.”

1. Políticas Públicas - Piauí. 2. Desenvolvimento
Territorial. 3. Conselho Vale do Sambito. I. Título.

CDD 320.981

ANTONIO ATENILDE RUFINO DA SILVA

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NO PIAUÍ: o caso do Vale do Sambito.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal do Piauí, como requisito à obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Área de Concentração: Gestão Pública para o Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Instituições e Políticas Públicas.

Orientador(a): Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas

Aprovado em 10 de setembro de 2020.

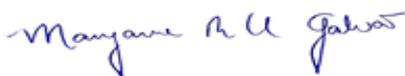
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas (UFPI)
Orientador



Prof. Dr. Francisco Mesquita de Oliveira (UFPI)
Examinador Interno



Profª. Dra. Maryanne Rizzo da Costa Galvão (UFPI)
Examinadora Externa ao Programa

Dedico esta conquista aos meus amados pais,
Manuel Rufino (*in memoriam*) e Francisca de
Paula, pelo dom da vida e educação doada.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação não teria chegado a um lugar seguro sem o precioso apoio de várias pessoas.

Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia e porto seguro nas horas de angústia.

Aos meus amados pais, Manuel Rufino (*in memoriam*) e Francisca de Paula, pelo dom da vida e educação doada.

Aos meus adorados tios, José Sérvulo e Raimunda Moreira (*in memoriam*), que me educaram e me acolheram como seus filhos.

Aos meus inesquecíveis irmãos, em especial à Ilda.

Aos primos, José Sérvulo Filho e Jovina Moreira, que por muitos anos financiaram meus estudos e apostaram em mim.

Aos meus amados e preciosos filhos, André e Hugo Rufino, minha maior conquista e amor na terra.

Aos meus colegas de trabalho que inspiraram e incentivaram fazer este mestrado, especialmente ao Kairo Pimentel e Márcio Maia.

Ao meu orientador, professor doutor Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas, por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho. Muito obrigado por me ter corrigido quando necessário, sem nunca me desmotivar, mesmo quando parecia que tudo estava perdido.

Agradeço igualmente a todos os meus colegas do mestrado, Ana Paula, Danilo Guedes, Danilo Rodrigues, Denilson, Elizangela, Enéas, Francílio, Gabriela, Gilda, Karol, Kércia, Layane, Leandro, Márcio Maia, Mário Lima, Paulo Renato, Renato, Rigoberto, Sandra e Tiago, cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos da jornada.

Agradeço à coordenação do mestrado na pessoa da professora doutora Fabiana Castro e das secretárias Adriana e Juliana, que sempre foram muito prestativas.

Manifesto também minha apreciação ao trabalho de Thaina Priscila Lima Bezerra ao colaborar com a tradução do resumo deste trabalho.

Por último, quero agradecer à minha família e amigos pelo apoio incondicional que me deram, especialmente à Luiza Uchôa, pelo apoio e as revisões incansáveis ao longo da elaboração deste trabalho.

Aprender generosamente significa não aprender com egoísmo, buscando a aquisição do conhecimento para vaidade pessoal ou para vangloriar-se em um amanhã de triunfos exteriores, esquecendo que muito do aprendido foi ensinado para evitar sofrimento e permitir a passagem pelos trechos difíceis no longo caminho da vida.

Raumsol

RESUMO

Esta dissertação de mestrado objetiva apresentar os resultados da pesquisa intitulada Participação social nas políticas públicas de desenvolvimento no Piauí: o caso do território Vale do Sambito, que analisou o papel do Conselho Territorial Vale do Sambito no âmbito das políticas de desenvolvimento regional no período compreendido entre sua fundação, em 2009, e o final do ano 2018. A presente investigação é do tipo documental, descritiva e bibliográfica, com pesquisa de campo e abordagem qualitativa, na qual se utilizou da aplicação de entrevista semiestruturada e de pesquisa documental ao regimento interno do Conselho e em atas das assembleias realizadas no período do recorte da pesquisa. Este estudo buscou verificar se o processo participativo promovido por meio do Conselho Territorial Vale do Sambito tem contribuído para a geração de políticas públicas de desenvolvimento regional no Território Vale do Sambito. As conclusões apontam que o Conselho contribui de forma relevante para a geração de políticas de desenvolvimento regional por meio da aprovação de projetos de melhoria da infraestrutura da região e da promoção de ações que contemplam inclusão, formação e capacitação de pessoal nas áreas de manejo agrícola e de processamento do pedúnculo do caju.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Desenvolvimento Territorial. Conselho Vale do Sambito. Participação Social.

ABSTRACT

This master's thesis aims to present the results of the research entitled "Social participation in public development policies in Piauí, the Vale do Sambito territory case study", which analyzed the role of the sustainable development council in Vale do Sambito area, related to regional development policies, from its foundation in 2009 to the end of the year 2018. This study is descriptive and bibliographic, with field research and qualitative approach, conducting interviews and documentary research in the records of the assemblies, carried out during the research period and following the Council's bylaws. This thesis sought to investigate whether the participation of Vale do Sambito Territorial Council has contributed to create public policies for regional development and if so, what were their contributions? it was found that the Council contributes significantly to the creation of regional development policies, to improve the region's infrastructure by promoting actions of inclusion and staff training in the areas of agricultural management and processing of cashew stalk.

Keywords: Public Policies. Territorial Development. Vale do Sambito Council. Social Participation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Divisão territorial do Piauí.....	40
Figura 2 -	Território Vale do Sambito.....	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Recursos aplicado no território por ano.....	67
--------------------	--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo dos projetos realizados pelo Conselho por período (2009 – 2018)...	65
Quadro 2 - Resumo das ações realizadas pelo Conselho (2009 – 2018).....	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Resumo dos dados do Território Vale do Sambito.....	45
Tabela 2 -	Características dos interlocutores da pesquisa.....	48
Tabela 3 -	Composição do Conselho Territorial Vale do Sambito (titulares).....	54

LISTA DE SIGLAS

BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEDS	- Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável
CEPRO	- Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CF/88	- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CMDRS	- Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CODEVASF	- Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONDRAF	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
COOPCAJU	- Cooperativa de Cajucultores do Estado do Piauí
COOTAP	- Cooperativa dos Trabalhadores
CTDS	- Conselho Territorial de Desenvolvimento Sustentável
CTDSVS	- Conselho Territorial de Desenvolvimento Sustentável Vale do Sambito
DT	- Desenvolvimento Territorial
DTR	- Desenvolvimento Territorial Rural
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETAG - PI	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura e Agricultores Familiares do Estado do Piauí
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPI	- Instituto Federal de Educação do Piauí
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LC 87/2007	- Lei Complementar Estadual Número 87 de 2007
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
ODS	- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG's	- Organizações não Governamentais
PDBR	- Política de Desenvolvimento do Brasil Rural
PIB	- Produto Interno Bruto
PMDRS	- Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	- Plano Plurianual
PROINF	- Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	- Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PTC	-	Programa Territórios da Cidadania
PTDRS	-	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PTRI	-	Programa Territórios Rurais de Identidade
SAF	-	Secretaria de Agricultura Familiar
SDT	-	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	-	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLAN	-	Secretaria de Planejamento do Estado
SIM	-	Selo de Inspeção Municipal
TD 5	-	Território de Desenvolvimento número 5

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 TEORIA DA DEMOCRACIA E CONSIDERAÇÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO.....	20
1.1 Participação política, cidadania e espaços públicos no Brasil.....	20
1.1.1 Teoria da democracia participativa.....	21
1.1.2 Desenvolvimento da democracia participativa no Brasil.....	25
1.1.3 Experiências participativas no Brasil: o caso dos conselhos.....	30
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	33
2.1 Aspectos conceituais de desenvolvimento territorial.....	33
2.2 Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil.....	35
2.3 Políticas de desenvolvimento territorial no Piauí.....	39
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	44
3.1 Localização da área de estudo.....	44
3.2 Metodologia e procedimentos.....	46
4 ANÁLISE DAS REALIZAÇÕES DO CTDSVS (2009-2018).....	51
4.1 Importância do Conselho Territorial Vale do Sambito para o território.....	56
4.2 Ações desenvolvidas pelo conselho e suas prioridades.....	57
4.3 Participação da sociedade quanto às ações desenvolvidas.....	59
4.4 Custeio das ações desenvolvidas pelo conselho.....	60
4.5 Obstáculos enfrentados pelos conselheiros para desenvolver suas ações.....	62
4.6 Projetos contemplados com recursos adquiridos pelo CTDSVS.....	64
4.7 Ações realizadas pelo CTDSVS.....	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	75
APÊNDICES.....	82
ANEXOS.....	99

INTRODUÇÃO

As políticas públicas de desenvolvimento territorial no Brasil ainda são muito recentes. De acordo com Santos, Tubaldine e Araújo (2013, p. 2), “essas políticas tiveram início na segunda metade da década de 1990”, a partir da criação de alguns programas de Desenvolvimento Territorial Rural (DTR), como os Programas Comunidade Ativa e Comunidade Solidária, no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), sendo largamente ampliadas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010), sobretudo, a partir de 2005, com a implementação de várias estratégias territoriais realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

O Estado do Piauí foi um dos pioneiros na implementação dessas políticas (SANTOS et al., 2013). A gênese dessa discussão se deu por iniciativa da Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN), que instituiu as atividades denominadas de “Cenários Regionais do Piauí”, em 2003. Essas atividades foram realizadas nas 11 microrregiões que, até então, correspondiam à divisão política de gestão do Estado na época, e tinham como objetivo “promover e coordenar o processo de planejamento para o desenvolvimento regional sustentável do Estado” (SEPLAN/PI, 2003, p. 2).

Para viabilizar a implementação dessa política no Piauí, o Estado passou por uma reforma político-administrativa, por meio da qual os espaços antes chamados de microrregiões passaram a ser denominados “territórios de desenvolvimento” (PIAÚÍ, 2007, p. 1). Tais disposições encontram-se previstas na Lei Complementar Estadual nº 87, de 22 de agosto de 2007 (PIAÚÍ, 2007), que estabeleceu o planejamento participativo territorial para o desenvolvimento sustentável do Estado do Piauí, bem como regulamentou a criação dos Conselhos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CTDS)¹ (PIAÚÍ, 2007).

Como resultado dessa reforma, o Estado ficou dividido em (onze) territórios de desenvolvimento, e esses em unidades menores chamadas de aglomerados municipais,

¹ Art. 6º O Conselho Territorial de Desenvolvimento Sustentável terá a seguinte composição: I - membro nato: a) os Prefeitos dos Municípios pertencentes ao território de abrangência; b) os Presidentes das Câmaras de Vereadores dos respectivos municípios de abrangência; c) um representante do Poder Executivo, a ser indicado pelo Governador. II – Membros não natos: a) dois representantes por município da região de abrangência, escolhidos nas Assembleias Municipais, membros da sociedade civil organizada, assegurando-se a representatividade dos segmentos sociais mais expressivos do Território; b) um representante de uma ONG com atuação no Território, a ser indicado pelos Componentes do Conselho. § 1º O membro nato, por motivo devidamente justificado, poderá ser representado: III - o Prefeito Municipal, pelo respectivo Vice-Prefeito; IV - o Presidente da Câmara Municipal, pelo Vice-Presidente ou Vereador indicado pelo Plenário da Câmara. § 2º Cada membro não nato do Conselho terá um suplente.

totalizando 28 aglomerados municipais e 224 municípios. Importante ressaltar que em 3 de abril de 2017, através da nº Lei 6.967/17 (PIAUÍ, 2017) foi criado mais um território (Chapada do Itaim), portanto, totalizando 12 territórios.

Para representar cada um dos territórios foram criados os conselhos territoriais. Com isso, hoje o Piauí possui 12 conselhos territoriais². Os conselhos são instâncias participativas de natureza colegiada, necessárias à política de desenvolvimento territorial do Estado do Piauí. Eles apresentam composição mista, com representantes da sociedade civil, do Estado e de Organizações não governamentais (ONGs), que interagem conjuntamente nas discussões para formulação de políticas públicas de âmbito territorial.

Nesta pesquisa focaremos exclusivamente no Conselho Territorial de Desenvolvimento Sustentável Vale do Sambito (CTDSVS), mais conhecido como Conselho Vale do Sambito, que representa o Território Vale do Sambito (TVS). Esse território está localizado na região Nordeste do Estado, é composto por um conjunto de 15 municípios³ que possuem entre si características geográficas, econômicas, culturais e infraestrutura semelhantes.

A região compreendida pelo TVS possui uma área total de 13.889,39 km² e uma população de 113.351 habitantes, da qual 45.610 habitantes estão situados no meio rural, representando 40,24% do total, enquanto a média nacional é de apenas 15,28% dos brasileiros vivendo em áreas rurais. Possui 35.511 hectares (355,11 km²) de terras resultante de reforma agrária, onde abriga 713 famílias assentadas, além de possuir 14.348 estabelecimentos de agricultura familiar, que agregam 43.324 agricultores familiares (IBGE, 2010; INCRA, 2014; Atlas de Desenvolvimento Humano, 2014; Índice de Desenvolvimento Humano/PNUD, 2014).

Os índices significativos de concentração populacional no meio rural e o alto número de agricultores familiares na região, bem como o número de famílias assentadas pela reforma agrária, remetem à necessidade de novos estudos que possam evidenciar se as políticas públicas de desenvolvimento territorial implementadas naquela região estão sendo adequadas e suficientes para favorecer o desenvolvimento territorial e a melhoria na qualidade de vida de sua população.

Nesse íterim, fazem-se os seguintes questionamentos: o processo participativo promovido por meio do CTDSVS tem contribuído para a geração de políticas públicas de

² O Piauí possui os seguintes conselhos territoriais: Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Rio Guaribas, Vale do Canindé, Serra da Capivara, Vale dos Rios Piauí e Itaueira, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Chapada do Itaim e Chapada das Mangabeiras) (PIAUÍ, 2017. ANEXO ÚNICO).

³ Arozazes, Prata do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, São Félix do Piauí, São Miguel da Baixa Grande, Barra d'Alcântara, Elesbão Veloso, Francinópolis, Inhumas, Ipiranga do Piauí, Lagoa do Sítio, Novo Oriente do Piauí, Pimenteiras, Valença do Piauí e Várzea Grande.

desenvolvimento regional no Território Vale do Sambito? Se sim, quais foram as contribuições desse processo ao longo do período de 2009 a 2018?

O presente trabalho propôs-se a analisar, no período compreendido de 2009 (mais especificamente, de 16/04/2009, data do início das atividades do Conselho) até o final de 2018, se o CTDSVS, instituição representativa do TVS, tem contribuído para a promoção de políticas públicas de desenvolvimento para a região. Para tanto, esta pesquisa analisou o Regimento Interno do Conselho, as atas das assembleias e os depoimentos coletados nas entrevistas, a fim de verificar sua contribuição na formação da política de desenvolvimento territorial.

A literatura ainda não tem dados concretos sobre o papel da gestão social dentro das estratégias de políticas públicas de desenvolvimento territorial (FREITAS et al., 2012), e acerca da relação entre as políticas públicas e o desenvolvimento. Para Huppés et al. (2010), as estratégias de políticas públicas de desenvolvimento territorial estão voltadas para promover melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, aproveitando ao máximo a sinergia gerada das interações entre as organizações locais e o poder público.

Para entendermos o funcionamento da participação nos conselhos é importante ressaltar que, no Brasil, o advento da Constituição de 1988 foi crucial no processo de institucionalização dos arranjos participativos, incluindo, entre outros, os fóruns temáticos, os conselhos gestores de políticas públicas e o orçamento participativo. Ou seja, a participação no Brasil tem se constituído como um importante elemento da gestão pública, principalmente por considerar diversos segmentos sociais no processo decisório e incluir novas arenas participativas.

As proporções tomadas pela temática da democracia participativa no Brasil têm instigado muitos pesquisadores (TATAGIBA, 2002; ABERS; KECK, 2006; COELHO, 2004; AVRITZER, 2007; CUNHA, 2007a; CORTES, 2011) a questionar a respeito do papel dessas formas participativas e de como é operacionalizada a participação nesses espaços.

Nos últimos quinze anos houve um aumento relevante no número de estudos sobre participação no Brasil (FARIA, 2005; COELHO, 2006; ABERS; KECK, 2006; MIGUEL, 2005; AVRITZER, 2007). Esses estudos estão divididos em dois segmentos: o primeiro diz respeito ao exame da ampliação das formas de participação, focando seus estudos nos conselhos de saúde, assistência social e políticas públicas, objetivando verificar o problema da efetividade, e o segundo tem procurado tratar dos déficits deliberativos das instituições (LAVALLE, 2004; SILVA, 2006). Através desses estudos, foi trazido para o debate, o questionamento acerca da participação deliberativa possuir dois momentos, sendo que um possui características mais deliberativas, com a presença de membros da sociedade civil e do Estado; e um outro com a presença apenas de membros estatais, possuindo, portanto, características menos deliberativas,

(AVRITZER, 2011). Contudo, enfatiza-se o fato desta pesquisa ter seu foco de análise em instituições participativas.

Logo, percebe-se a importância e a evolução dos estudos acerca dos espaços de participação dentro da sociedade brasileira, fazendo-se necessários estudos mais aprofundados acerca dos Conselhos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CTDS), trazendo a perspectiva das modernas teorias participativas para análise dessas novas arenas.

Embora os conselhos representem uma importante arena de discussões e de participação social, o que Lane e Maxfield (1966) chamaram de “relações fecundas”, isso por si só não garante que as demandas da população sejam de fato atendidas. Daí “surge à necessidade de estudos específicos sobre as relações estabelecidas entre agentes da sociedade civil e do Estado, bem como discutir sobre o papel desempenhado por ambos no processo de elaboração, gestão e avaliação das propostas de desenvolvimento” (FREITAS et al., 2012, p. 79).

Embora os estudos a respeito da participação no Orçamento Participativo, nos Conselhos Gestores sejam mais numerosos, a literatura já apresenta estudos a respeito da participação em conselhos territoriais, dentre eles merecem destaque dois casos pioneiros; o primeiro é o caso do Conselho Territorial do Alto Acre e Capixaba - CTAC (AQUINO; SILVA, 2015); o segundo é o caso dos Conselhos Territoriais do Estado da Bahia (FAVARETO; LOTTA, 2017). No primeiro caso foram constatados avanços significativos na política participativa, por meio da mobilização, socialização e discussão em várias frentes e temáticas de interesse da região, aproximando a sociedade e representantes do governo. Por outro lado, verificou-se que ainda existem muitos desafios a serem superados, tais como a promoção de uma maior articulação entre organizações sociais, na busca por firmar parcerias e, com isso, alcançar maior engajamento por parte dos representantes de setores do Governo. Quanto ao segundo caso, o da Bahia, também foram constatados avanços por meio da criação de espaços estáveis de discussão e de negociação de políticas públicas, havendo um aumento significativo do protagonismo de organizações sociais, expansão e criação de consórcios intermunicipais, a possibilidade de equilíbrio entre os pequenos e os grandes municípios na partilha dos recursos, dando aos territórios maior representatividade junto ao Estado, pois antes os municípios atuavam de forma desarticulada, agora os municípios buscam soluções em conjunto. Os desafios apontados nesse caso são relacionados à resistência das oligarquias políticas municipais (prefeitos e vereadores) que estão perdendo espaço no que diz respeito à fazer política por meio de troca de favores, pois a lógica dos conselhos é promover políticas públicas por meio da participação social, o que gera autonomia para a sociedade.

A partir das reflexões sobre a literatura buscou-se dados demográficos, populacionais e informações sobre a divisão territorial do Estado em documentos, tais como os Cenários Regionais do Piauí, Cadernos Territoriais, e a Lei Complementar 87/07, disponíveis na Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) e em sítios eletrônicos da SEPLAN/PI; já os Atlas Territoriais Rurais foram consultados no sítio eletrônico do IBGE.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta uma revisão da literatura a respeito das principais teorias participativas, verificando como os autores têm analisado o caso brasileiro, partindo de uma perspectiva de democracia e cidadania, da ampliação da participação e da construção de espaços públicos participativos, a fim de compreender como a literatura analisa essas arenas de participação e como elas se desenvolveram e se apresentam ao longo do tempo.

O segundo capítulo trata das políticas públicas de desenvolvimento territorial em seus aspectos gerais, dentro do contexto nacional; e em aspectos específicos, as perspectivas de desenvolvimento regional e local, destacando-se como se dá a participação da sociedade civil na formulação e na implementação dessas políticas. No terceiro capítulo apresenta-se características físicas e econômicas da região em estudo, o Conselho Territorial Vale do Sambito nos aspectos de sua composição, de suas instâncias e de suas competências, além de explicitar-se o percurso metodológico da pesquisa.

Por fim, o quarto capítulo traz a discussão e os resultados coletados na investigação aqui apresentada. Discute-se acerca da importância do Conselho Territorial Vale do Sambito, das ações desenvolvidas por ele, bem como suas prioridades. Aborda-se, ainda, como se dá a participação da população com relação às ações desenvolvidas, como são custeadas e quais os principais obstáculos enfrentados pelos conselheiros no desenvolvimento de suas ações.

1 TEORIA DA DEMOCRACIA E CONSIDERAÇÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO

Este capítulo está dividido em duas seções: a primeira trata dos temas participação, cidadania e espaços públicos no Brasil, apresentando como principal referência para fundamento das discussões a obra “Participação e Teoria da democracia”, de Carole Pateman, que apresenta uma visão moderna e radical a respeito da democracia participativa; já a segunda aborda as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial, ressaltando a importância dos conselhos territoriais na promoção de políticas públicas por meio da ação conjunta do Estado e dos agentes locais.

1.1 Participação política, cidadania e espaços públicos no Brasil

A participação no Brasil tem se constituído em importante elemento na gestão pública, mas ela não representa um valor democrático por si só, mas apenas quando for capaz de produzir algum benefício para uma comunidade política (GOMES, 2011, p. 24 apud SOUSA, 2011, p. 6). A participação pressupõe a existência de dois requisitos básicos: o fortalecimento prévio dos atores sociais e a construção de espaços públicos participativos onde esses atores possam discutir e construir políticas.

Para Dagnino (2004), a criação de espaços públicos é uma das expressões do alargamento da democracia que se traduz em uma aposta na possibilidade de atuação conjunta entre sociedade civil e Estado. Mas pouco significaria para a democracia o aumento no número de espaços públicos sem atores sociais fortalecidos e atuantes. Nesse caso, não seria capaz de produzir seu valor democrático para a comunidade.

Não se objetiva aqui fazer uma historiografia da participação pública no campo político, mas trazer apontamentos relevantes sobre a participação nos arranjos realizados para a consolidação de uma democracia representativa cada vez mais crescente por meio da ampliação das deliberações. Oportunidades de participação pública estão entendidas como “ocasiões e mecanismos voltados para promover o controle ou a influência da esfera civil sobre o processo de produção da decisão política que se dá no âmbito das instituições do Estado” (MARQUES, 2010, p. 57).

Para alguns autores, a cidadania é adquirida com o nascimento, o próprio ato do nascimento do indivíduo com vida já o torna cidadão de direitos; para outros, a cidadania é adquirida quando o indivíduo, que é portador de direitos, faz uso dela. Para Cortina (2005, p. 31 apud SOUSA, 2011, p. 1), a cidadania tem um caráter essencialmente político e ocorre das

relações sociais em espaços públicos entre os cidadãos. Nesse sentido, a cidadania é promovida das relações entre os indivíduos de uma determinada região, que nela habitam e a ela pertencem como sujeitos de direitos e de deveres.

De fato, a participação é elemento essencial ao pleno exercício da cidadania, mas ela sozinha não basta, é necessário que os indivíduos, partes dessas relações, pertençam àquela comunidade e guardem entre si o sentimento de corresponsabilidade para que possam gerar resultados.

1.1.1 Teoria da democracia participativa

Olhando para a história é fácil perceber que o termo “Democracia” é um dos mais controversos e de difícil definição. Muitas das teorias democráticas foram definidas, em termos de participação, desde a Grécia Antiga, em que Platão e Aristóteles viam a democracia como uma forma corrompida de governo, visto que apenas os mais qualificados deveriam participar das decisões públicas, em um sistema de governo eminentemente aristocrático.

Modernamente, a obra de Pateman (1992 [1970]) se tornou a mais influente em termos de democracia participativa, por ser também “a que aposta na compreensão mais radical da participação e da igualdade política” (MIGUEL, 2016, p. 3). Em sua obra “Participação e Teoria Democrática”, a autora remonta uma teoria elitista da democracia que teve em Schumpeter o seu maior expoente. Schumpeter via a democracia somente como um arranjo institucional utilizado com o fim de legitimar as elites no poder, e em seu método democrático “a participação não tem um papel especial ou central” (PATEMAN, 1992, p. 14).

Partindo das ideias de Schumpeter, analisou-se quatro exemplos de teoria da democracia, os trabalhos de Berelson, Dahl, Sartori e Eckstein; porém vamos nos focar na análise que Pateman fez do que se entende por participação em cada um dos modelos, a fim de compreendermos a realidade.

Para Berelson apud Pateman (1992), deveria haver um limite à participação, a fim de conferir certa estabilidade ao sistema democrático, logo, apenas para uma minoria dos cidadãos são exigidos altos níveis de participação e interesse, devendo a maioria manter-se apática e desinteressada para cumprir seu “papel na manutenção e estabilidade do sistema como um todo” (PATEMAN, 1992, p. 17).

Tal desinteresse e apatia se faz importante para que as tensões entre os grupos heterogêneos sejam minimizadas, visto que os eleitores menos aptos tomam menos partido e se

mostram menos interessados, situação que amortece “o choque das discordâncias, dos ajustes e das mudanças” (PATEMAN, 1992, p. 16).

O segundo teórico referenciado por Pateman é Robert Dahl que, segundo ela, as ideias desse autor se assemelham às de Schumpeter, ao enfatizar que o controle social deveria ser justificado pela realidade, não sendo possível lhe atribuir um peso maior que esse e que não há como:

[...] destacar uma teoria que exige o máximo de participação popular para exercer o "controle", uma vez que sabemos que a maioria das pessoas é desinteressada e apática em relação à política, e Dahl põe em evidência a hipótese de que uma porcentagem relativamente pequena de indivíduos, em qualquer forma de organização social, aproveitará as oportunidades de tomada de decisão (PATEMAN, 1992, p. 18).

Ou seja, os não-líderes transferem, através do seu voto, o poder decisório aos líderes; estes disputam os votos através da competição, sendo a disputa pelo voto o elemento especificamente democrático do método, possibilitando a ampliação da influência das diversas minorias nas decisões políticas.

A autora faz um resumo da teoria poliárquica⁴ de Dahl, destacando as condições institucionais necessárias e suficientes para a poliarquia que, formuladas como normas, encerram a análise do autor verificando o argumento dele a respeito de possíveis perigos que podem surgir a partir da ampliação da participação do homem comum nas decisões políticas.

À medida que se ampliam os níveis de participação nas decisões políticas, indivíduos de condições socioeconômica baixas, que tendem a apresentar um índice menor de atividade política e, frequentemente, têm personalidade autoritária, podem trazer um declínio ao respeito das normas, declinando, via de consequência, a poliarquia (PATEMAN, 1992, p. 20).

De fato, Dahl concorda com as ideias defendidas por Schumpeter no tocante ao seu método de participação restringir-se à disputa pelo voto dos não líderes pelos líderes e ratifica que o controle social deveria ser feito pela realidade, que é o caso do desinteresse da maioria em relação a assuntos políticos. Nota-se também que Dahl introduz um termo novo na discussão, que é a “poliarquia”, e por meio dela possibilitaria a influência das diversas minorias nas decisões políticas.

O terceiro teórico analisado é Sartori (1962) que, em resumo, discursa sobre o medo de que a participação ativa da população possa levar ao autoritarismo, colocando em risco a

⁴ A poliarquia é uma ordem política que se diferencia das demais por possuir duas características amplas: (I) a cidadania é extensiva a um número relativamente alto de adultos; (II) os direitos de cidadania incluem não apenas a oportunidade de opor-se aos funcionários mais altos do governo, mas também a de removê-los de seus cargos por meio do voto. (DAHL apud PEREIRA, 2014, P. 8).

democracia, e busca respostas para justificar a apatia e desinteresses das maiorias nas decisões políticas, além de procurar classificar a inatividade do cidadão médio, chegando à conclusão de que não devemos classificá-la.

O último teórico analisado pela autora é Eckstein (1966) que, segundo Pateman (1992), não busca apresentar uma nova teoria da democracia, mas apenas apontar as condições para manter a estabilidade do sistema democrático no decorrer do tempo.

A conclusão da teoria de Eckstein - que pode ser encarada como paradoxal, uma vez que se trata de uma teoria da democracia – é que, para um sistema democrático *estável*, a estrutura de autoridade do governo nacional não precisa ser, necessariamente, pelo menos de “modo puro”, democrática (PATEMAN, 1992, p. 24).

Pateman buscou um ponto comum entre as ideias apresentadas pelos quatro autores e convencionou chamá-lo de “teoria contemporânea da democracia”, que se vincula a um método político ou a uma série de arranjos institucionais, a nível nacional, tendo como elemento característico a disputa entre as elites pelo voto do povo, através de eleições periódicas e livres, e, através delas, a maioria controla seus líderes.

Contudo, a função da participação dos liderados se limita a proteger o indivíduo das decisões tomadas pelos líderes eleitos, além de proteger seus interesses privados, não podendo o nível de participação ir além dos limites necessário, a fim de não afetar a estabilidade do sistema democrático, contudo os críticos da teoria contemporânea concordam que o ideal seria o “máximo de participação por parte de todo o povo [...]” (PATEMAN, 1992, p. 27).

A autora (1992), em termos históricos, inverte a cronologia de sua análise, apontando primeiramente os quatro teóricos da “teoria contemporânea” da democracia que buscam em Schumpeter as críticas à “teoria clássica”, para depois falar desta teoria, de cunho utilitarista, enumerando também os quatro principais representantes: Jeremy Bentham, James Mill, Rousseau e John Stuart Mill.

Para Pateman (1992), não há diferenças significativas nas teorias clássicas de Jeremy Bentham e James Mill, se comparadas aos seus supostos críticos, os quais elaboraram a teoria contemporânea; todas têm em comum um sistema de governo representativo, formado a partir de arranjos institucionais que legitimam os detentores do poder.

Há um resgate, de dentro da “teoria clássica”, das bases da democracia participativa, a partir dos estudos de Rousseau e de John Stuart Mill, além do modelo de democracia participativa elaborado, já no século XX, por G. D. H. Cole.

Toda a teoria política de Rousseau apoia-se na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões, e, em sua teoria, a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela

também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas (PATEMAN, 1992, p. 35).

O liberal Mill, por sua vez, converge com o republicano Rousseau ao abordar o caráter educativo da participação, reforçando tal hipótese e lhe trazendo uma nova dimensão, que consiste em educar o indivíduo a partir do nível local, cumprindo-se aqui o “verdadeiro efeito educativo da participação” em que o “indivíduo aprende democracia” (PATEMAN, 1992, p. 46), ou seja, a participação a nível local prepara o indivíduo para a participação a nível nacional.

O terceiro autor que Pateman cita para embasar a “teoria clássica” da democracia participativa é G. D. H. Cole e sua teoria de associações. Aproximando-se das ideias de Mill, Cole argumentava que seria necessário o indivíduo participar de associação a nível local e cooperar com ela, citando a indústria como exemplo de importante arena de participação.

Da análise dos três autores, Pateman estabelece uma “teoria participativa da democracia”, apontando a função educativa como a mais importante da participação, “tanto em seu aspecto psicológico quanto no de aquisição de práticas de habilidades e procedimentos democráticos” (PATEMAN, 1992, p. 61), por conta disso, as qualidades necessárias à participação são por ela mesmo desenvolvidas.

Pode se caracterizar o modelo participativo como aquele onde se exige o *input* máximo (a participação) e onde o *output* inclui não apenas as políticas (decisões), mas também o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo de forma que existe um “*feedback*” do *output* para o *input* (PATEMAN, 1992, p. 62).

A partir dessas bases teóricas, Pateman passa a verificar as hipóteses de que a participação do indivíduo em seu local de trabalho (nível local) pode educá-lo a participar de decisões em âmbito nacional. Analisando a indústria, a autora apresenta três formas de participação: *pseudoparticipação*, na qual os empregados apenas aceitam as decisões já tomadas por seus empregadores, através de métodos de persuasão; *participação parcial*, na qual embora o trabalhador não tome a decisão final, ele participa parcialmente de modo a influenciá-la; e *participação plena*, em que cada membro tem igual poder de determinar a decisão final.

A autora, através das análises empíricas, conclui ser plenamente possível que se estabeleça uma forma de governo consistente numa sociedade participativa.

O argumento da teoria da democracia participativa é que a participação nas áreas alternativas capacitaria o indivíduo a avaliar melhor a conexão entre as esferas públicas e privada. O homem comum poderia ainda se interessar por coisas que estejam próximas de onde mora, mas a existência de uma sociedade participativa significa que ele estaria mais capacitado para intervir no desempenho dos representantes em nível nacional, estaria em melhores condições para tomar decisões

de alcance nacional quando surge a oportunidade para tal, e estaria mais apto para avaliar o impacto das decisões tomadas pelos representantes nacionais sobre sua própria vida e sobre o meio que o cerca. No contexto de uma sociedade participativa o significado do voto para o indivíduo se modificaria: além de ser um indivíduo determinado, ele disporia de múltiplas oportunidades para se educar como cidadão público (PATEMAN, 1992, p. 146).

Na década de 1970, Macpherson também desenvolve um modelo de democracia participativa. O autor aponta dois requisitos básicos para o surgimento do modelo: o primeiro seria a mudança de consciência do povo, que deveria começar a se ver e agir como “executor e desfrutador da execução e desenvolvimento de sua própria capacidade” (MACPHERSON, 1978, p. 102); o segundo requisito consistiria na redução das desigualdades sociais e econômicas existentes. Contudo, para que os dois requisitos sejam satisfeitos é necessário aumentar os níveis de participação, ou seja, há um círculo vicioso que precisa ser resolvido, mas para isso se tornar possível é necessário observar três pontos fracos:

[...] a consciência cada vez maior dos ônus do crescimento econômico; as dúvidas crescentes quanto à capacidade do capitalismo financeiro de satisfazer as expectativas do consumidor enquanto reproduzindo a desigualdade; a crescente consciência dos custos da apatia política (MACPHERSON, 1978, p. 107).

Macpherson chega à mesma conclusão de Pateman a respeito da possibilidade de se estabelecer uma sociedade participativa, sendo necessário, entretanto, verificar como a democracia participativa funcionaria, caso os requisitos fossem preenchidos. O autor formula dois modelos para fazer tal análise: o primeiro é o simples, que seria estabelecido a partir de um sistema piramidal consistente em democracia direta na base e em cada nível posterior à base encontraríamos democracia por delegação. Ressalte-se que tal modelo é apartidário, sendo esse o acréscimo que se faz ao segundo, os partidos políticos em disputa.

O ponto mais interessante a respeito das teorias de Pateman e Macpherson, além do fato de terem influenciado todo o debate acerca da democracia participativa, é que elas foram formuladas na década de 1970, ou seja, em um período de abertura democrática em diversos Estados autoritários, que historicamente culminou com o que Huntington (1994) denominou terceira onda de democratização, inclusive no Brasil, o que fez emergir na literatura vários estudos direcionados para o fenômeno da participação no Brasil.

1.1.2 Desenvolvimento da democracia participativa no Brasil

Segundo Avritzer (1997), a construção da democracia participativa pode ser vista como um processo que se inicia com mudanças na cultura política e se completa com mudanças nas

práticas sociais e nas formas de agir da coletividade. Essas mudanças nas práticas sociais levou ao associativismo no Brasil, que por sua vez associa-se “as mudanças no que se refere às atitudes e às práticas dos atores sociais” (AVRITZER, 1997, p. 151).

Aliada a essas mudanças há a superação do modelo de cidadania liberal, caracterizado pela intervenção mínima do Estado em favor da livre iniciativa dos indivíduos quanto aos seus interesses econômicos, em que o Estado intervirá somente para garantir a propriedade privada, caso essa esteja sob ameaça contra a paz social. Essa análise é importante, pois “os cidadãos são os sujeitos autorizados a participar das decisões coletivas” (UGARTE, 2004, p. 93). De acordo com Dagnino (1994), a nova noção de cidadania emerge de duas dimensões: a primeira está ligada à experiência concreta dos movimentos sociais e a segunda se encontra relacionada à construção, à extensão e ao desenvolvimento da democracia; tais dimensões culminam com um terceiro elemento, a nova noção de cidadania, que “organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma um nexo constitutivo entre as dimensões da cultura e da política” (DAGNINO, 1994, p. 103).

Dagnino (2004) aponta três elementos constitutivos desta nova cidadania: o primeiro elemento é seu ponto de partida e está relacionado com o direito a ter direitos, lendo-se o termo “direitos” em sua mais ampla definição; o segundo elemento exige a presença de sujeitos sociais ativos e o terceiro elemento, por sua vez, é o direito de participar da definição do sistema político em que o cidadão está inserido, em suma:

O reconhecimento dos direitos de cidadania, tal como é definido por aqueles que são excluídos dela no Brasil de hoje, aponta para transformações radicais em nossa sociedade e em sua estrutura de relações de poder. Daí a importância que essa noção adquiriu na emergência de experiências participativas como os Orçamentos Participativos e outras, onde os setores populares e suas organizações lutam para abrir espaço para o controle democrático do Estado mediante a participação efetiva dos cidadãos no poder (DAGNINO, 2004, p. 104).

Deve-se ter em mente que a mudança no sentido de cidadania percebida por Dagnino e que se deu após a redemocratização,⁵ já que a autora atribui à Constituição de 1988 a consagração do princípio de participação da sociedade civil, foi e é um processo importante na ampliação da participação; tal situação transformou o Brasil em um dos países com o maior número de práticas participativas (AVRITZER, 2008).

⁵ Redemocratização é um termo utilizado para designar a abertura política brasileira para um Governo Civil. Ou seja, faz referência a recuperação das instituições democráticas que foram abolidas pelo Regime Militar instaurado no Brasil em 1964 e que impunha, desde aquele ano, um governo repressivo e de censura às instituições Democráticas do País. Disponível em: <https://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/redemocratizacao>.

Os grupos e movimentos sociais que lutaram em prol da redemocratização do Brasil nas décadas de 1970 e 1980 exigiam mais participação popular na formulação de políticas públicas nas diversas áreas, vez que as instituições não davam conta de atender aos anseios sociais, principalmente devido ao período de ditadura militar, marcada pelo cerceamento de direitos e da liberdade de expressão. É nesta conjuntura que as demandas das lutas sociais são incorporadas pela Constituição Federal de 1988, fazendo emergir uma nova cidadania, com indivíduos mais conscientes de seu papel na sociedade, culminando com a construção de espaços públicos de participação, que são assim entendidos por Dagnino (2006, p. 24):

Os espaços públicos seriam aquelas instâncias deliberativas que permitem o reconhecimento e dão voz a novos atores e temas; que não são monopolizados por algum ator social ou político ou pelo próprio Estado, mas são heterogêneos, ou seja, refletem a pluralidade social e política que, portanto, visibilizam o conflito, oferecendo condições para tratá-lo de maneira tal que se reconheçam os interesses e opiniões na sua diversidade; e nas quais haja uma tendência à igualdade de recursos dos participantes em termos de informação, conhecimento e poder.

Ainda, segundo a mesma autora, a criação de espaços públicos é uma das expressões do alargamento da democracia que se traduz em uma aposta da possibilidade de atuação conjunta entre sociedade civil e Estado (DAGNINO, 2004).

A literatura que analisa a implementação desses espaços aponta como destaques da experiência participativa a criação dos conselhos de políticas públicas⁶, os planos diretores municipais e, especialmente, o Orçamento Participativo, que teve seu pioneirismo em Porto Alegre - RS (BOAVENTURA; AVRITZER, 2002; DAGNINO, 2004a; 2004b; LAVALLE; HOUTZGER; CASTELLO, 2006; AVRITZER, 2007; 2008).

Avritzer (2007) aponta que no Brasil existem mais Conselheiros do que Vereadores (tendo como referência o ano em que o artigo foi escrito), e que no caso do Orçamento Participativo, a participação no ano de 2004 alcançou a marca de 180 mil pessoas, levando em conta apenas a adesão nos municípios de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. As experiências participativas ajudaram o Brasil a se tornar referência no debate internacional (LAVALLE; HOUTZGER; CASTELLO, 2006).

⁶ Os Conselhos de Direitos ou Conselhos de Políticas Públicas tem fundamento constitucional, visando a participação do cidadão na formulação, implementação e controle/fiscalização das políticas públicas. Os artigos 198, 204 e 206 da Constituição Federal dispõem sobre a importância da participação da comunidade nas ações e serviços públicos da saúde, assistência social e educação, por meio de organizações representativas, tanto na formulação das políticas quanto no controle em todos os níveis. O objetivo dos conselhos centra-se na aproximação do Estado e Sociedade, com foco de integração, participação, fortalecimento, fiscalização e controle de pautas de efetivação de direitos fundamentais. São espaços institucionais fundamentais para a construção democrática das políticas públicas e exercício da participação e legitimidade social. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/texto%20Conselhos%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas_1.pdf.

No Brasil também emergiram diversos trabalhos com a finalidade de observar os mecanismos de participação, havendo ampla produção acadêmica. Lavallo (2011) visualizou quatro frentes de trabalho referentes à análise da participação do Brasil, as quais explicitaremos a seguir.

A primeira diz respeito à legitimidade da representação dos novos atores sociais, operando como *locus* da representação extraparlamentar. Para Avritzer (2007), há dois aspectos que diferenciam a representação nas instituições tradicionalmente representativas daquela exercida pela sociedade civil:

[...] em primeiro lugar, não há o requisito explícito da autorização, tal como elaborado por Hobbes e, posteriormente, desenvolvido por Hanna Pitkin. Em segundo lugar, não há estrutura de monopólio territorial na representação realizada por atores da sociedade civil, assim como não há o suposto de uma igualdade matemática entre os indivíduos que dão origem à representação (AVRITZER, 2007, p. 444).

O autor faz ampla análise a fim de verificar se as formas de representação social seriam uma distorção do funcionamento da representação ou se houve uma reelaboração da própria noção de representação, concluindo que: “O futuro da representação eleitoral parece cada vez mais ligado à sua combinação com as formas de representação que têm sua origem na participação da sociedade civil” (AVRITZER, 2007, p. 459).

Retomamos, neste ponto, a ideia de que representação e participação não se excluem, mas o que se percebe é o desenvolvimento de novas formas de representação fora das instituições tradicionalmente representativas, a presença de novos atores que, pelo menos em tese, representam os interesses postos em disputa dentro das instituições participativas.

A segunda frente de trabalho proposta por Lavallo diz respeito ao papel dos governos e dos partidos na institucionalização e funcionamento regular dos “arranjos institucionais participativos como espaços conquistados de baixo para cima pela mobilização social” (LAVALLE, 2011, p. 16). Nessas formas em que o desenho participativo se dá de baixo para cima, há a entrada de cidadãos que representam determinados segmentos, organizações ou movimentos sociais no processo participativo.

Avritzer (2008) prevê mais duas formas de participação cidadã nas decisões públicas. A primeira forma se dá partilhando o poder com atores estatais e atores da sociedade civil simultaneamente e, por fim, na segunda forma, ocorre um processo em que os atores estatais tomam as decisões públicas, cabendo à sociedade civil ratificá-las ou não, ou seja, os indivíduos não participam diretamente do processo de elaboração, mas podem aceitá-los ou não.

O autor diferencia os três arranjos participativos a partir de três variáveis: “iniciativa na proposição do desenho, organização da sociedade civil na área em questão e vontade política

do governo em implementar a participação” (AVRITZER, 2008, p. 46). Há variação na capacidade das instituições participativas de democratizar o governo e uma delas está relacionada à “presença de atores políticos capazes de apoiar unificadamente processos participativos” (AVRITZER, 2008, p. 46).

Contudo, há também um movimento no sentido inverso, em que os atores sociais visam ascender para a carreira política. Romão (2011), analisando o Orçamento Participativo do município de Osasco-SP, apontou que a maioria dos conselheiros integra o que o autor convencionou chamar de *frangas* da sociedade política, ou seja, os atores buscam “melhor posicionamento no campo político local, no âmbito das disputas internas aos partidos e ao governo municipal” (ROMÃO, 2011, p. 359).

A terceira frente apontada por Lavallo (2011) se relaciona com o desenvolvimento dos arranjos participativos, pois esses não nasceram prontos. Já Dagnino (2002) alerta que a construção democrática decorrente das experiências participativas se deu de modo contraditório e fragmentado.

Por um lado, o autoritarismo social e as visões hierárquicas excludentes da sociedade e da política constituem obstáculos cruciais na constituição, mas também no funcionamento dos espaços públicos. Por outro, é precisamente a confrontação desses padrões que é apontada como um dos principais resultados democratizantes de sua atuação (DAGNINO, 2002, p. 280).

Dagnino (2002) observa, ainda, os limites da partilha efetiva do poder nos espaços públicos, apontando alguns mecanismos que bloqueiam essa partilha, entre eles os traços constitutivos do Estado brasileiro, que operam no sentido de dificultar a democratização das decisões e, por outro, a exigência de qualificação técnica e política que a participação exige aos representantes da sociedade civil, o que dificulta uma participação mais igualitária nos espaços públicos.

Vale ressaltar que a participação em ambientes rurais pode não ter o mesmo papel que tem em ambientes urbanos, uma vez que muitas regiões ainda sofrem influência das velhas políticas do coronelismo, em que os moradores de uma localidade são dominados por uma família que tem poder na região. Nesse a participação acaba sofrendo influência dessa família que detém o poder.

Observa-se, portanto, que existiram dificuldades na construção dos espaços públicos participativos e a literatura em movimentos sociais “oferece a tese mais influente sobre os efeitos da institucionalização: eles são negativos e implicam a desmobilização e extinção dos atores” (LAVALLE, 2011, p. 17).

A quarta e última frente de trabalho apontada por Lavallo (2011) leva em consideração a real participação, ou seja, vai buscar o papel da participação social e sua efetividade na implementação das políticas públicas de desenvolvimento territorial.

Para Cunha apud Avritzer (2010) a efetividade é a capacidade das instituições, por meio de processos participativos, influenciarem, controlarem ou decidirem sobre os rumos de determinada política. Avritzer (2011) aponta que a participação real apresenta duas dimensões: uma relacionada à efetividade deliberativa; a outra à das instituições participativas na promoção de políticas públicas. Por meio dessa abordagem é possível avaliar o papel dos conselhos e diagnosticar o que eles estão fazendo de fato. No caso desta pesquisa trataremos da segunda dimensão, que está voltada para analisar as contribuições do CTDSVS. Portanto, segundo Avritzer (2011), para um conselho ser considerado efetivo, precisa ser capaz de mobilizar diversos seguimentos da sociedade, promover amplas discussões e, com isso, gerar políticas públicas.

1.1.3 Experiências participativas no Brasil: o caso dos conselhos

Conforme afirmado, os destaques das experiências participativas estão voltados para os conselhos de políticas públicas, os planos diretores municipais e o orçamento participativo. Vale fazer novas análises na literatura acerca dos conselhos, que, segundo Tatagiba (2005, p. 209), “constituem uma das principais experiências de democracia participativa no Brasil contemporâneo”⁷.

A relação entre participação e oportunidades políticas foi abordada no estudo de Rennó (2003), que analisou os determinantes do engajamento em organizações da sociedade civil na América Latina. Esse autor, ao confrontar as perspectivas que percebem a participação como fruto de “predisposições psicológicas individuais (capital social)” com as que percebem a participação como resultado de oportunidades definidas pela configuração das instituições (oportunidades políticas), verificou que “[...] o que condiciona o ativismo da sociedade civil nesses países é muito mais a existência de aberturas e garantias oferecidas por instituições formais do que os indicadores de capital social” (RENNÓ, 2003, p. 80). O autor coloca, ainda,

⁷ Enquanto o presente trabalho encontra-se no prelo, no dia 11 de abril de 2019, o Presidente da República publicou o Decreto nº 9.759/2019, que “Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”. A referida norma atinge pelo menos 35 conselhos, conforme dados do Ministério Público Federal. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/em-nota-publica-mpf-manifesta-preocupacao-com-decreto-que-extingue-conselhos-de-participacao-social>.

que através da criação de estruturas que deem oportunidades políticas a grupos sociais, as instituições podem fomentar ações coletivas.

Para a literatura especializada as Instituições Participativas (IP) contribuem com a promoção de processos de tomada de decisão mais democráticos e inclusivos, aumentando sua legitimidade. Elas também teriam poder para impactar positivamente nos resultados das políticas públicas, ao aproximarem os tomadores de decisões daqueles que são por elas afetados. Estudos realizados em várias regiões do país demonstram que as instituições participativas variam significativamente quanto ao grau de institucionalização, às regras de funcionamento e ao tipo de ator que representa, mas, de alguma forma, no seu conjunto, promovem práticas participativas e/ou investem de responsabilidades representativas atores e instituições não previstos pelo modelo clássico do governo representativo (FUNG; WRIGHT, 2003; SELEE; PERUZZOTTI; 2009; GURZA LAVALLE; ISUNZA VERA, 2011; CAMERON; HERSHBERG; SHARPE, 2012).

De acordo com Sá e Silva, Lopez e Pires (2010):

As instituições participativas no Brasil têm hoje inegável importância na realidade dos governos, na medida em que vêm se disseminando desde o lançamento de suas bases legais em 1988, e têm sido integradas de forma gradual e orgânica ao processo de concepção, execução e controle de políticas públicas, seja por meio da estruturação de sistemas nacionais de políticas públicas, seja por meio da vinculação de instituições participativas a instrumentos regulares e estáveis de financiamento. Tendo em vista o desenvolvimento do processo de participação no Brasil e a sua institucionalização (ao menos do ponto de vista formal), observados nas últimas duas décadas, pode-se falar na existência de um original sistema participativo, dotado de formas normativas e organizacionais desenhadas para promoverem a participação dos cidadãos nas decisões sobre políticas.

É inegável que a participação social no Brasil tem se expandido nas últimas décadas, principalmente nos dois governos de Lula e no de Dilma Rousseff, quando foi ampliado de forma significativa o número de conselhos, conferências, comissões, consultas e audiências públicas. Esse crescimento foi verificado tanto por meio da criação de novas instituições, quanto pela reformulação daquelas já existentes. Isso favoreceu o surgimento de novas formas de participação e realização de conferências importantes no ordenamento de políticas prioritárias para o Governo (SCHMIDT, 2006).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010), para compreenderem as relações entre o Estado e a sociedade, mediadas por conselhos nacionais, adotaram-se três critérios de seleção, os quais vêm sendo utilizados pela Secretaria Geral da Presidência da República em suas sistematizações e acompanhamentos. A aplicação desses critérios gera uma amostra de instituições que inclui apenas:

- a) Conselhos centrais em sua área de política pública – excluem-se conselhos auxiliares e complementares na execução de políticas, como conselhos curadores ou conselhos gestores de fundos, ou de administração de programas que compõem políticas mais amplas, e os conselhos políticos;
- b) Conselhos compostos significativamente pela sociedade civil, tanto numericamente quanto em seu processo de indicação e nomeação – excluem-se conselhos em que o próprio governo define os representantes da sociedade civil, ou em que a representação dessa seja muito reduzida;
- c) Conselhos criados por ato normativo de abrangência ampla, isto é, por decreto presidencial ou lei promulgada pelo Congresso – excluem-se conselhos criados por portarias ministeriais e demais atos de abrangência limitada. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010, p. 56).

Ainda segundo a referida publicação (2010), nota-se a existência de uma grande diversidade de conselhos, que apresentam variações em relação às atribuições, natureza e funções desempenhadas. Destacou-se aqui os conselhos de programas que auxiliam no acompanhamento de ações governamentais específicas, como combate às drogas, políticas para mulheres, negros e juventude.

Para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010), há uma diversidade de conselhos que, de acordo com suas atribuições, natureza e funções desempenhadas podem ser classificados como consultivos, deliberativos, normativos, além dos que respondem por programas, segmentos sociais ou setores específicos. Mas independente da classificação em que eles enquadrem, funcionam como importante elo entre a sociedade civil e o Estado, atuando na promoção de políticas públicas de interesses coletivos.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Este capítulo está dividido em três seções. A primeira trata dos aspectos conceituais de desenvolvimento territorial, trazendo a visão de Abramovay e do MDA, que apresenta o aspecto múltiplo do conceito; a segunda trata do processo de surgimento das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil, apresentando os principais programas voltados para essa política; a terceira e última seção aborda como essas políticas de desenvolvimento territorial surgiram e como foram implementadas no Piauí.

2.1 Aspectos conceituais de desenvolvimento territorial

Para Abramovay (2003) o desenvolvimento territorial é constituído por três traços básicos:

[...] 1. Existência, num certo território, de um conjunto diversificado, mas ao mesmo tempo com forte grau de interação – de empresas de porte familiar, isto é, em que a gestão, a propriedade e o essencial do trabalho vêm da família; 2. Ambiente de inovações e de troca de informações entre indivíduos e empresas, em que a colaboração é, no mínimo, tão importante quanto a própria concorrência; 3. Integração entre empresas e indivíduos urbanos e rurais (ABRAMOVAY, 2003, p. 89).

De fato, o desenvolvimento territorial requer um tipo de institucionalidade que estabeleça relações entre os atores locais; entre eles e os representantes dos territórios; e entre esses últimos e os Estados nacionais. Essa interação é necessária para promover um ambiente de trocas de informações e produzir conhecimentos e com isso gerar sinergias.

De acordo com os documentos de referência da proposta estratégica da SDT a principal mudança que se pretende fazer com a implantação de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, a partir do enfoque territorial, seria a superação das propostas que entendem o processo de desenvolvimento como sendo a soma do crescimento de diversos setores econômicos ou sociais. Porque, segundo essa vertente:

Setorializar o desenvolvimento e focar políticas públicas têm se mostrado uma prática que também serve à exclusão de largas parcelas “esquecidas” da sociedade brasileira, tais como os habitantes das zonas rurais e das pequenas e médias cidades das regiões de menor desenvolvimento do país (MDA/SDT, 2005, p. 15).

A política territorial possui uma abrangência integradora de desenvolvimento que objetiva superar problemas de concentração de conhecimento e de informações, de escassez de capital humano, de insuficiência de recursos financeiros e de baixa governabilidade e, com isso

poder ofertar serviços de disseminação de conhecimentos, aumentar o uso de tecnologias digitais, promover e facilitar o acesso a emprego, dentre outras frentes.

Segundo Schneider (2004),

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. Mas não se trata apenas do entendimento teórico e abstrato, pois esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nesses espaços encontram-se nele mesmo. (SCHNEIDER, 2004, p. 99).

O conceito de Desenvolvimento Territorial (DT) difundido pelo MDA, através da proposta estratégica de trabalho da SDT, pode ser concebido como:

[...] desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, partindo da ampliação da capacidade/possibilidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e auto-gestão das populações locais. Reconhecendo as especificidades de cada território e ofertando instrumentos de desenvolvimento que atendam essas características.
 [...] Portanto, a meta fundamental do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais é estimular e favorecer a coesão social e territorial das regiões e dos países onde ela é empregada como harmonizador do processo de ordenamento (regulação descendente), e de desenvolvimento (reação ascendente), das sociedades nacionais.
 [...] No entanto, a revelação definitiva somente ocorrerá quando sua população, por meio dos fatores sociais, reconheça seus elementos caracterizadores da coesão social e territorial, durante, ou logo após, o processo de sua identidade e proposição de sua visão de futuro (MDA/SDT, 2003, n. p).

A partir dessa concepção, pode-se afirmar que a perspectiva territorial do desenvolvimento rural sustentável permite a formulação de uma proposta centrada nas pessoas, que leva em consideração aspectos de interação entre os sistemas socioculturais e os ambientais, e que considera a integração produtiva e a utilização competitiva dos recursos produtivos como meios que permitem a cooperação e corresponsabilidade ampla de diversos atores sociais (PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS, 2003).

A temática territorial permitiu ainda a emergência de um discurso de revalorização do meio rural na definição de políticas públicas, com base em dois importantes postulados (ABRAMOVAY, 2003). “O primeiro refere-se ao caráter multifuncional da agricultura, sobre o qual o meio rural deixa de ser entendido somente por suas características produtivas e passa a ser valorizado também por seus aspectos sociais, culturais e ambientais, embora a atividade produtiva agropecuária permaneça como atividade nuclear de seu espaço” (MALUF, 2001). O segundo está relacionado a um posicionamento contrário à dicotomia rural-urbano, que

negligencia as relações sociais que são desenvolvidas na prática em decorrência dos diversos mecanismos de integração do rural com o urbano.

2.2 Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil

Para Oliveira, Cazella, Tecchio e Mireski (2015), em um país com dimensões continentais como o Brasil, que apresenta expressivos índices de desigualdades sociais e regionais que remontam a seu processo de colonização, não é de admirar que grande parcela da população esteja excluída, o que representa obstáculos ao acesso das condições mínimas necessárias de sobrevivência e dignidade humana. Isso descaracteriza o conceito e aplicabilidade do termo cidadania numa sociedade democraticamente política, restando a essa parcela excluída viver às margens das condições de pobreza, em situações desumanas.

Segundo Mattei (2013 apud OLIVEIRA et al., 2015), a pobreza possui aspectos multidimensionais, um deles é a carência ou vulnerabilidade de recursos financeiros, critério esse utilizado para qualificar famílias como beneficiárias de programas sociais do Governo Federal como o Bolsa Família⁸. Nota-se que o problema mais emblemático da pobreza é a escassez de renda, entretanto, ele não se reduz a isso. A pobreza desfaz todo o contexto legal explícito de convivência social, pois impede a concretização dos princípios básicos e fundamentais de uma vida com dignidade, promove a segregação de classes sociais e priva dos direitos humanos universais, tendo como consequência direta a privação do consumo de gêneros essenciais à sobrevivência. Para Oliveira (2011 apud OLIVEIRA et al., 2015, p. 4), “a pobreza refere-se à escassez de meios para assegurar as condições básicas de subsistência e de bem-estar, segundo as características da distribuição da renda e do padrão de consumo predominante em uma sociedade”.

Ainda segundo o autor citado no parágrafo anterior, do ponto de vista da distribuição espacial da população da América Latina, a maior concentração de pobreza encontra-se em áreas rurais. Uma das principais causas disso está associada à carência de infraestrutura e à falta de acesso a bens e serviços coletivos, como educação, transporte, saúde e informações.

⁸ O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade econômica (pobreza ou extrema pobreza) em todo o país. Esse programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde por meio de um auxílio financeiro que é transferido a cada família beneficiária. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas por esse programa. Vale ressaltar que as famílias beneficiárias desse programa são obrigadas a manterem seus filhos matriculados nas escolas e frequentando regularmente, sob pena de perderem o benefício.

Como forma de combater esses problemas que assolam as áreas rurais, o Governo Federal adotou estratégias de desenvolvimento com enfoque territorial. O documento Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural no Brasil (2005) apresenta a decisão do Governo brasileiro em propor uma política nacional que apoiasse o desenvolvimento sustentável considerando a abordagem territorial. Essa estratégia envolve a articulação de políticas nacionais, estaduais, municipais em um mesmo espaço, o território.

A justificativa para escolher a abordagem territorial como estratégia de apoio ao desenvolvimento rural (MDA/SDT, 2005) deve levar em conta quatro aspectos importantes:

- que o rural não se resume ao agrícola, ou seja, mais do que um setor econômico, o que define as áreas rurais como tais são suas características espaciais;
- que a escala municipal apresenta limitação para o planejamento e a organização de esforços visando à promoção do “desenvolvimento” (em contrapartida, a escala estadual é excessivamente ampla para responder pela heterogeneidade de especificidades locais);
- que é necessária uma descentralização das políticas públicas, com a atribuição de competências e atribuições aos espaços e atores locais;
- que o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições. Nesse sentido, a nova institucionalidade abrange um conjunto de dimensões: econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental.

Para Oliveira et al. (2015), as primeiras iniciativas dessas políticas se deram no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), ao criar uma linha de recursos ao já existente Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Essa medida fez surgir o PRONAF com uma linha de recursos destinada à infraestrutura e aos serviços voltados para os municipais. O objetivo dessa medida foi combater o problema do isolamento das populações rurais e da carência de serviços coletivos básicos. Vale ressaltar que o PRONAF Infraestrutura e serviços básicos apresentou algumas similaridades com experiência europeia, destacando-se que o mesmo envolvia uma lógica municipal, condicionando a liberação dos recursos apenas a municípios que tivessem Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) constituído, e formulassem um projeto viável para aquele município junto ao PRONAF. Desse modo, a liberação dos recursos era coletiva e os municípios elegíveis deveriam estar em condições de desenvolvimento abaixo da média da região a que estavam vinculados. Para o município ser receber o repasse dos recursos, ele deveria atender aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Nacional do PRONAF, além de possuir um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS) aprovado pelo CMDRS. Ou seja, a existência do CMDRS e de um PMDRS era um requisito necessário para pleitear o financiamento.

Dando continuidade a essa importante política, no Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2002 – 2010) foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa Secretaria implementou a política de desenvolvimento territorial através da ampliação da abrangência do PRONAF, de municipal, para territorial, e da criação da linha de infraestrutura e serviços municipais a esse programa. Com isso, a base de referência dessa linha de crédito, que era restrita ao município se amplia para o território, que é intermediária às escalas municipal e estadual. Logo depois essa linha do PRONAF deu origem ao Programa Territórios Rurais de Identidade (PTRI). Este possuía como instrumento para gerenciamento de recursos financeiros o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). A criação do PRONAT objetivava promover o processo de construção e implantação de Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) em regiões onde predominassem agricultores familiares e beneficiários da reforma agrária; a partir dessa implantação foram definidos os territórios beneficiários da política.

Para Bonnal (2013 apud OLIVEIRA et al., 2015), o PRONAT era focado exclusivamente no segmento da agricultura familiar e dos povos/comunidades tradicionais, atuava no repasse de recursos públicos não reembolsáveis para financiar projetos coletivos de caráter intermunicipal, criados pelos atores sociais, segundo suas características econômicas e socioculturais. Percebe-se que os recursos repassados pelo PRONAT tinham caráter não reembolsável, mas para recebê-los é exigido um projeto que beneficie uma coletividade, e que seus benefícios ultrapasse os limites de um município. Faz-se aqui as primeiras exigências de colegiados territoriais como condições para os territórios serem beneficiários dos recursos do PRONAT.

Ainda segundo o autor citado no parágrafo anterior, dando continuidade ao enfoque territorial, em 2008 o Governo Federal criou o Programa Territórios da Cidadania (PTC). Essa estratégia objetivava melhorar a qualidade de vida dos brasileiros que viviam em regiões menos favorecidas, principalmente no meio rural. Bonnal e Kato (2011 apud OLIVEIRA et al., 2015) explicam que o PTC visava articular, em torno de um mesmo território, um conjunto amplo de políticas públicas interministeriais, com isso o território seria mais bem atendido em todas suas carências.

Para Aquino e Silva (2015), o surgimento do PTC e do PRONAT se deu dentro de um contexto que era necessário dá maior atenção às políticas públicas de âmbito rural voltadas para às necessidades dos pequenos agricultores e de agricultores familiares, principalmente aqueles que se encontrassem em situação de pobreza extrema.

Para Grisa e Schneider (2014 apud AQUINO; SILVA, 2015, p. 4), tais programas “contribuem de maneira importante para a interação entre políticas públicas e pobreza, além de beneficiar sobremaneira a categoria social”.

Por meio dessa política, é estabelecido uma espécie de contrato, tendo como partes o Estado e os atores locais; o primeiro se compromete a organizar e fortalecer políticas que mobilizem a sociedade civil e o poder público nacional, estadual, municipal e territorial em torno de ações estruturantes que possibilitem o exercício da participação social, no âmbito das políticas públicas e o fortalecimento das ações de dinamização econômica, respeitando as aptidões de cada região; o segundo participa ativamente no processo de implementação das políticas no âmbito territorial (AQUINO; SILVA, 2015).

Nesse mesmo aspecto, a literatura apresenta estudos a respeito da participação em conselhos territoriais, dentre eles merecem destaque dois casos pioneiros; o primeiro é o caso do Conselho Territorial do Alto Acre e Capixaba – CTAC (AQUINO; SILVA, 2015); o segundo é o caso dos conselhos territoriais do Estado da Bahia (FAVARETO; LOTTA, 2017). No primeiro caso foram constatados avanços significativos na política participativa, por meio da mobilização, socialização e discussão em várias frentes e temáticas de interesse da região, aproximando a sociedade e representantes do governo. Por outro lado, verificou-se que ainda existem muitos desafios a serem superados, tais como a promoção de uma maior articulação entre organizações sociais, na busca por firmar parcerias e, com isso, alcançar maior engajamento por parte dos representantes de setores do Governo. Quanto ao segundo caso, o da Bahia, também foram constatados avanços por meio da criação de espaços estáveis de discussão e de negociação de políticas públicas, havendo um aumento significativo do protagonismo de organizações sociais, expansão e criação de consórcios intermunicipais, a possibilidade de equilíbrio entre os pequenos e os grandes municípios na partilha dos recursos, dando aos territórios maior representatividade junto ao Estado, pois antes os municípios atuavam de forma desarticulada, agora os municípios buscam soluções em conjunto. Os desafios apontados nesse caso são relacionados à resistência das oligarquias políticas municipais (prefeitos e vereadores) que estão perdendo espaço no que diz respeito à fazer política por meio de troca de favores, pois a lógica dos conselhos é promover políticas públicas por meio da participação social, o que gera autonomia para a sociedade.

Vale ressaltar que durante a fase desta pesquisa busquei informações junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas ao chegar no local me defrontei com um prédio sujo, cheio de lixo ao seu entorno e em situação de completo abandono. Essas impressões negativas me fizeram pesquisar ao seu respeito, aí constatei que ele havia sido extinto em maio de 2016 e

no seu lugar foi criada a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e de Desenvolvimento Agrário, isso mostra uma desarticulação das políticas de desenvolvimento territorial, pois esse ministério era o órgão responsável pelas estratégias de desenvolvimento territorial. E o atual presidente do Brasil segue na mesma tendência neoliberal do seu antecessor.

2.3 Políticas de desenvolvimento territorial no Piauí

O Estado do Piauí foi um dos pioneiros na implementação dos territórios de desenvolvimento (SANTOS et al., 2013). Esse pioneirismo se deu de forma alinhada com as estratégias das políticas de desenvolvimento territorial propostas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). A gênese dessa discussão se deu por iniciativa da Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN), que instituiu as atividades denominadas de Cenários Regionais do Piauí, em 2003. Essas atividades foram realizadas nas 11 microrregiões que, até então, correspondiam à divisão política de gestão do Estado na época, e tinham como objetivo “promover e coordenar o processo de planejamento para o desenvolvimento regional sustentável do Estado” (SEPLAN/PI, 2003, p. 2).

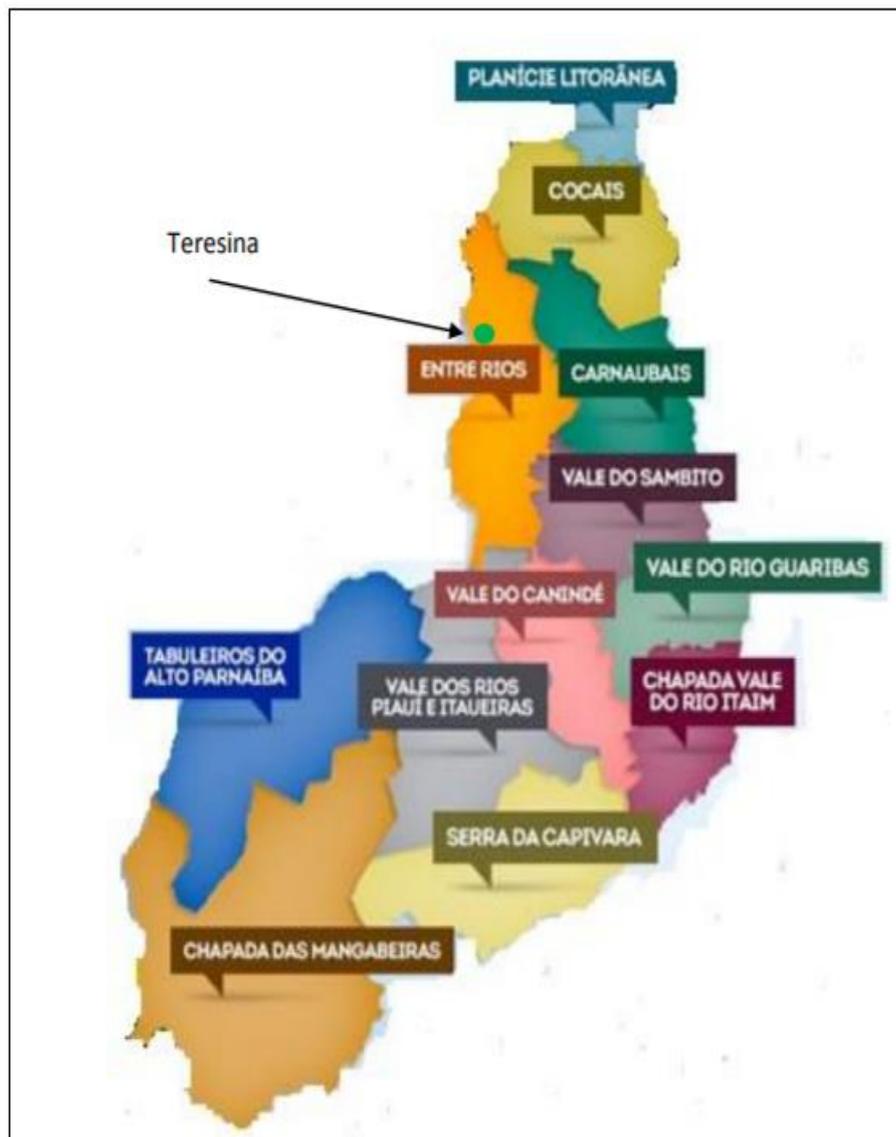
Dando continuidade a essa política, em 2007 o Governo implementa uma inovação importante por meio da publicação da Lei complementar 87/07. Por meio dela, os espaços que antes eram chamados de microrregiões passaram a ser denominados “territórios de desenvolvimento” (PIAÚÍ, 2007, p. 1). Tais disposições encontram-se previstas na Lei Complementar Estadual nº 87, de 22 de agosto de 2007 (PIAÚÍ, 2007), que estabeleceu o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado, bem como regulamentou a criação dos Conselhos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CTDS)⁹ (PIAÚÍ, 2007). Como resultado dessa inovação, o Estado foi dividido em 11 territórios de desenvolvimento (Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Canindé, Vale do Rio Guaribas, Vale dos Rios Piauí e Itaueiras, Tabuleiros do Alto

⁹ Art. 6º - O Conselho Territorial de Desenvolvimento Sustentável terá a seguinte composição: I - membro nato: a) os Prefeitos dos Municípios pertencentes ao território de abrangência; b) os Presidentes das Câmaras de Vereadores dos respectivos municípios de abrangência; c) um representante do Poder Executivo, a ser indicado pelo Governador. II – Membros não natos: a) dois representantes por município da região de abrangência, escolhidos nas Assembleias Municipais, membros da sociedade civil organizada, assegurando-se a representatividade dos segmentos sociais mais expressivos do Território; b) um representante de uma ONG com atuação no Território, a ser indicado pelos Componentes do Conselho. § 1º O membro nato, por motivo devidamente justificado, poderá ser representado: III - o Prefeito Municipal, pelo respectivo Vice-Prefeito; IV - o Presidente da Câmara Municipal, pelo Vice-Presidente ou Vereador indicado pelo Plenário da Câmara. § 2º Cada membro não nato do Conselho terá um suplente.

Parnaíba, Serra da Capivara e Chapada das Mangabeiras), (ver figura 1), e esses em unidades menores chamadas de aglomerados municipais, totalizando 28 aglomerados e 224 municípios. Importante ressaltar que em 3 de abril de 2017, através da Lei Complementar nº 6.967/17 (PIAUÍ, 2017) foi criado mais um território, portanto, totalizando 12, onde a comunidade teria espaço de participação direta na gestão de políticas. Essa divisão territorial foi adotada, desde 2007, tendo o território com a unidade de planejamento da ação governamental. Conforme parágrafo 2º do Artigo 1º da Lei Complementar 87/07,

§ 2º Os Territórios de Desenvolvimento Sustentável constituem as unidades de planejamento da ação governamental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução de desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas e ações e da regionalização do orçamento. (SEPLAN/PIAUÍ, 2017, p. 1).

Figura 1 – Divisão territorial do Piauí.



Fonte: SEPLAN – PI, Revista Cidade Verde (2016).

A regionalização do Estado foi implementada considerando características ambientais, as vocações produtivas e o dinamismo das regiões, além de levar em conta as relações socioeconômicas e culturais estabelecidas entre as cidades, a regionalização político-administrativa e a malha viária existente (SEPLAN/PI, 2013, p. 32). Para Aquino e Silva (2015, p. 1), essa abordagem:

Valoriza o âmbito territorial no planejamento e organização da demanda para suas políticas, permitindo uma visão mais integradora de espaços, agentes, mercados e políticas públicas. A partir dessa visão, o território é tido como uma área que sintetiza e materializa em um determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, que está em interação com outros espaços diferenciados.

Conforme Perico (2009, p. 10), compreende-se por território “a dimensão política do espaço – quando este é referido, reconhecido e identificado – enquanto unidade da gestão política que o distingue e o atribui existência, de certa forma institucionalizada”. Segundo Huppés, Lopes e Huppés (2010, p. 2), “o desenvolvimento é o crescimento e progresso, logo as políticas públicas, os recursos advindos desta forma de governar devem produzir resultados de desenvolvimento e crescimento dos locais onde os recursos públicos são aplicados”.

Segundo a SDT, o território rural é um “espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, em que se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (MDA, 2004). Um dos aspectos fundamentais dessa definição é a predominância de elementos rurais, destacando-se que nesses territórios incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados (ATLAS TERRITÓRIOS RURAIS, 2004).

Para Favareto e Lotta (2017), essa nova divisão territorial foi adotada como base para o planejamento participativo estadual. Com essa medida, os Territórios de Desenvolvimento se constituíram nas unidades básicas do planejamento governamental, ocupando o lugar que era dos municípios, sendo referendadas na formulação dos instrumentos de gestão do Estado (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios e do Plano de Desenvolvimento do Estado do Piauí).

Ainda conforme Favareto e Lotta (2017), a estratégia de adotar o território como *locus* de planejamento da ação governamental permite tanto aos gestores públicos como à sociedade otimizar ações que, muitas vezes, não dialogavam entre si, desperdício de recursos, lacunas no processo de intervenção ou superposição de atividades e de recursos. Com a territorialização é possível direcionar e potencializar as ações. Ressalta-se que essa estratégia será tão bem aproveitada quanto for a capacidade de articulação da SEPLAN/PI.

Para efetivar a implementação da política de desenvolvimento territorial no Estado foram criados os colegiados territoriais estruturados com base na participação da sociedade local. Os colegiados são, “antes de tudo, um espaço de participação social, de representação, articulação e concertação política, onde acontece o planejamento das ações territoriais e se definem programas e projetos” (AQUINO; SILVA, 2015, p. 1). Percebe-se que os territórios desempenham um papel importante para a consolidação das estratégias de apoio aos territórios e deve refletir, em sua composição, a diversidade de instituições, organizações e segmentos existentes em determinada região.

Conforme a Lei Complementar 87/07, o estado apresenta as seguintes instâncias de participação e controle social: as Assembleias Municipais, os Conselhos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CTDS), com abrangência relativa a cada um dos doze territórios, e um Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CEDS).

As Assembleias Municipais são instâncias abertas à participação direta e universal de todos os cidadãos, reunindo-se a cada dois anos. Elas objetivam a definição de prioridades e a eleição dos representantes da sociedade civil municipal no respectivo Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Os CTDS são órgãos colegiados compostos por representantes da sociedade civil organizada, escolhidos nas Assembleias Municipais e um representante de uma organização não governamental com atuação no território, a ser indicado pelos componentes do conselho; pelo Poder Público local, representado pelos prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais e por um representante do Poder Executivo Estadual, a ser indicado pelo governador. Os CTDS deliberam sobre as demandas das Assembleias Municipais, hierarquizam as ações para os respectivos territórios a partir de critérios definidos pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável (CEDS), e apoiam o Poder Executivo na elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Territórios e do Plano de Desenvolvimento do Estado do Piauí.

Já o CEDS é presidido pelo Governador, tendo na sua composição 13 Secretários de Estado, um representante do Poder Judiciário, um do Poder Legislativo, 15 representantes de organizações da sociedade civil de âmbito estadual e 24 representantes dos Territórios de

Desenvolvimento Sustentável. O CEDS formula o Plano de Desenvolvimento do Estado, traça as diretrizes básicas de apoio ao Planejamento dos Aglomerados e Territórios, acompanha e fiscaliza a implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Piauí (SEPLAN/PIAUI, 2017).

Nota-se que a Lei Complementar 87/07 criou um conjunto instâncias de planejamento participativo, que estão hierarquizadas dentro das estruturas do Estado, tendo lhes atribuído competências e responsabilidades, vinculando essas instituições a uma importante Secretaria do Governo (SEPLAN), que fica responsável pela coordenação e articulação da política territorial no Estado. Já a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) coordena as ações especificamente voltadas à agricultura (PIAUI, 2017).

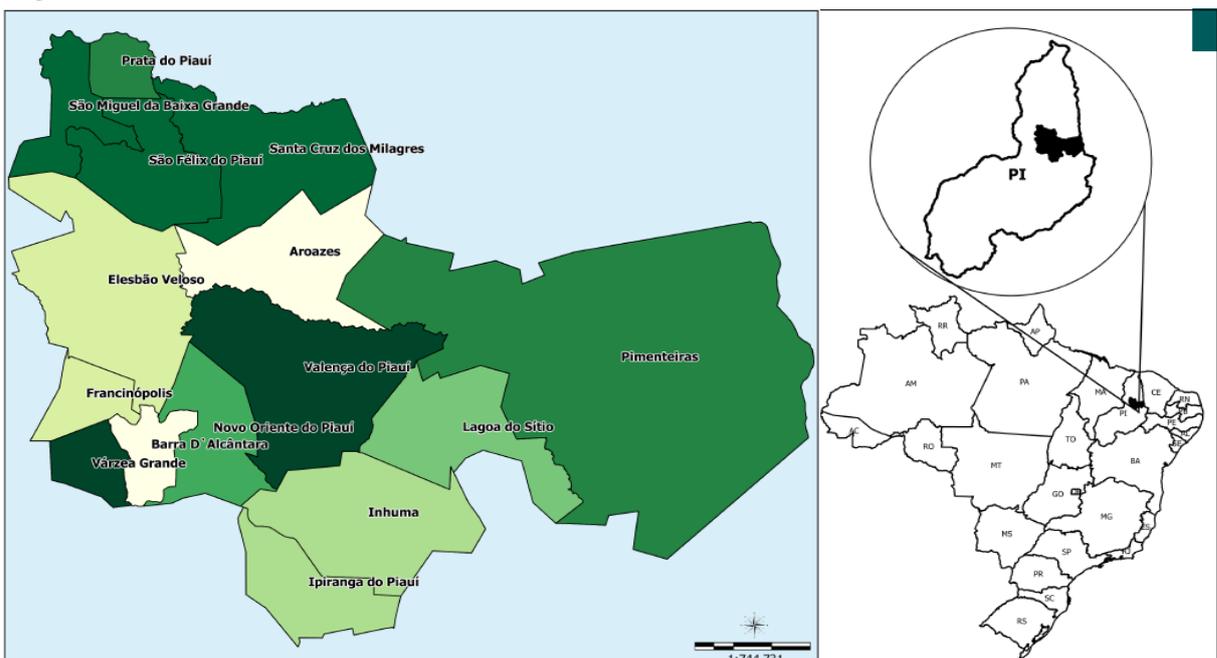
3 MATERIAIS E MÉTODOS

Este capítulo está dividido em três seções. Na primeira é apresentada a localização geográfica, dados populacionais da área de estudo e discorrido acerca do processo de criação do Conselho Territorial Vale do Sambito, além de apresentar suas instâncias e competências, tendo a LC 87/2007 como instrumento regulatório da política territorial e da criação dos conselhos no Estado; na segunda e última, expõe-se a metodologia e os procedimentos utilizados na pesquisa, ressaltando-se que a análise foi realizada tendo como suporte a análise de conteúdo, segundo a perspectiva de Bardin (2004).

3.1 Localização da área de estudo

O Território Vale do Sambito está localizado na região Nordeste do semiárido piauiense (ver figura 2), é constituído por dois aglomerados municipais, que juntos totalizam um conjunto de 15 municípios; o aglomerado número 10, representado pelos municípios de Aroazes, Prata do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, São Félix do Piauí, São Miguel da Baixa Grande; e o aglomerado número 11, representado pelos municípios de Barra d’Alcântara, Elesbão Veloso, Francinópolis, Inhumas, Ipiranga do Piauí, Lagoa do Sítio, Novo Oriente do Piauí, Pimenteiras, Valença do Piauí e Várzea Grande.

Figura 2 - Território Vale do Sambito.



Fonte: Perfil territorial (BRASIL, 2015).

A região compreendida pelo TVS possui uma área de 13.889,39km², e uma população de 113.351 habitantes, dos quais 45.610 habitantes estão situados no meio rural, representando 40,24% do total, enquanto a média nacional é de apenas 15,28% dos brasileiros vivendo em áreas rurais. Possui 35.511 hectares (355,11 km²) de terras resultante de reforma agrária, onde abriga 713 famílias assentadas, além de possuir 14.348 estabelecimentos da agricultura familiar, que agregam 43.324 agricultores familiares (IBGE, 2010; INCRA, 2014; ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2014; ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO/PNUD, 2014).

Tabela 1 - Resumo dos dados do Território Vale do Sambito.

Variáveis	Valores
Área territorial (em km ²)	13.889,39
População total do território (hab.)	113.351
População urbana (hab.)	67.741
População rural (hab.)	45.610
Número de famílias assentadas pela reforma agrária	713
Número de projetos resultantes da reforma agrária	13
Área resultante da reforma agrária (em hectares)	35.511
Número de agricultores familiares	14.348
Pessoal ocupado na agricultura familiar	43.314
Número de pescadores	0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010); INCRA (2014); Atlas do Desenvolvimento Humano (2014); Índice de Desenvolvimento Humano/PNUD (2014).

As principais potencialidades econômicas exploradas no Território são: pecuária (destaque para caprinos), agricultura tradicional (milho, arroz, feijão e mandioca), comércio, turismo de lazer e turismo religioso, avicultura, apicultura, cajucultura, horticultura, prestação de serviços, pesca tradicional, construção civil e potencial hídrico, com destaque pra a prestação de serviços. As atividades econômicas apresentam carência no que diz respeito à qualificação de mão de obra.

Entretanto a região possui um campus da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), que oferece os cursos superiores em Pedagogia, Matemática, Licenciatura em Educação Física, Inglês e Pedagogia, além de um campus do Instituto Federal de Educação do Piauí (IFPI), que oferece os cursos técnico em administração, meio ambiente, agricultura, agropecuária, ciências biológicas; superior em engenharia mecânica, física, matemática, química e tecnólogo em

alimentos, análise e desenvolvimento de sistemas, gestão ambiental, gestão de recursos humanos, radiologia, secretariado e geoprocessamento.

Os índices significativos de concentração populacional no meio rural e o alto número de agricultores familiares na região, bem como o número de famílias assentadas pela reforma agrária remetem à necessidade de novos estudos que possam evidenciar se as políticas públicas de desenvolvimento territorial implementadas naquela região estão sendo adequadas e suficientes para favorecer o desenvolvimento daquela região e a melhoria na qualidade de vida de sua população.

A política territorial implementada pelo Estado está baseada nos colegiados territoriais, que são os conselhos territoriais que adotam como princípios norteadores do planejamento e do desenvolvimento da região a democracia, a participação e o controle social.

Segundo a SEPLAN, as relações entre Estado e Sociedade são importantes no processo de descentralização das políticas territoriais.

O planejamento da ação governamental será efetivado através das seguintes instâncias de participação que constituem, no seu âmbito de atuação, o espaço sócio-político de discussão, articulação, consulta e deliberação de políticas públicas, com pleno envolvimento dos segmentos sociais na definição de prioridades de investimento, consolidando espaços institucionais de participação e controle social:

I - Assembleias Municipais;

II - Onze Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável – CTDS;

III - Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável – CEDS, que constituem, no seu âmbito de atuação, o espaço sócio-político de discussão, articulação, consulta e deliberação de políticas públicas, com pleno envolvimento dos segmentos sociais na definição de prioridades de investimento, consolidando espaços institucionais de participação e controle social (SEPLAN/PIAUÍ, 2017).

3.2 Metodologia e procedimentos

A presente investigação é do tipo documental, descritiva e bibliográfica, com pesquisa de campo e abordagem qualitativa, em que se utilizou de procedimentos metodológicos compostos por meio da aplicação de entrevista semiestruturada e de pesquisa documental em formato impresso (atas e Regimento Interno) e em formato digital. As atas, o Regimento Interno e as certidões foram fornecidas pela Secretaria do CTDSVS; os dados demográficos, populacionais e a organização territorial do Piauí foram obtidos a partir dos documentos Cenários Regionais do Piauí, Atlas Territoriais Rurais, perfil territorial e Lei Complementar 87/07 junto aos sítios eletrônicos oficiais do IBGE, CEPRO, SEPLAN/PI; já os artigos que constituíram a base teórica da pesquisa foram obtidos junto ao portal de periódicos da CAPES, SciELO, Ipea, entre outras fontes de informações a respeito da temática proposta.

Primeiro realizaram-se várias leituras do Regimento Interno, procurando entender a natureza jurídica, as competências, a base legal de criação, a composição, o processo de renovação da Diretoria Executiva, da Secretaria Executiva e do Plenário. Depois analisaram-se um total de 30 atas referentes ao período de 16/04/2009 até 12/04/2018, buscando elementos comprobatórios do desempenho do Conselho (projetos e ações) dentro da política na qual foi criado. Os elementos encontrados na análise das atas foram apresentados em dois quadros (resumo dos projetos e resumo das ações) e neles foram feitas categorizações. No quadro 1 (Resumo dos projetos CTDSVS – 2009 a 2018), foram estabelecidas, *a posteriori*, quatro categorias (ano, município, benefícios e valor), apresentando quais municípios foram beneficiados, quais benefícios cada um recebeu, qual o valor dos benefícios e como isso aconteceu ao longo do período analisado; No quadro 2 (Resumo das ações realizada pelo CTDSV– 2009 a 2018), foram estabelecidas, também *a posteriori*, três categorias (ano, ações e área do conhecimento), buscando-se mostrar em que frentes o Conselho atuou e como isso aconteceu ao longo do período analisado.

Antes da realização da entrevista elaborou-se um roteiro composto por 11 questões subjetivas, que abordavam a importância do Conselho para o desenvolvimento do território Vale do Sambito, os projetos e as ações que o Conselho realizou, como eram as escolhas das prioridades nas decisões, quais os principais obstáculos enfrentados pelo Conselho, se os conselheiros participavam efetivamente das assembleias e sobre as fontes de financiamento dos projetos e das ações realizadas pelo Conselho.

A população que abrange o estudo desta pesquisa é composta pelos 62 conselheiros titulares que integram o Conselho Territorial Vale do Sambito, da qual foi escolhida uma amostra composta por seis deles. Na escolha da amostra, utilizou-se o critério intencional, por ele permitir escolher, da população em estudo, uma amostra constituída por conselheiros, dentre os quais o pesquisador tinha interesse em seus relatos em decorrência do tempo de atuação no colegiado, da população do município que representa, do seguimento que representa e do cargo ocupado, de forma que contemplou representantes pertencentes ao governo e à sociedade civil, dentre eles representantes dos municípios mais populosos, contemplando membros mais antigos e mais novos no Conselho.

Tabela 2 – Características dos interlocutores da pesquisa.

Interlocutores da pesquisa	Sexo	Tempo de atuação no CTDSVS (ano)	Município que representa	Entidade que representante
Entrevistada 1	Feminino	9	Valença do Piauí	Sociedade Civil
Entrevistado 2	Masculino	8	Elesbão Veloso	Sociedade Civil
Entrevistada 3	Feminino	8	Elesbão Veloso	Sociedade Civil
Entrevistado 4	Masculino	4	Várzea Grande	Poder Legislativo
Entrevistado 5	Masculino	4	Inhuma	Poder Executivo
Entrevistado 6	Masculino	4	Francinópolis	Poder Executivo

Fonte: Elaborada pelo autor com dados coletados na pesquisa (2020).

Para Marconi e Lakatos (2002), a amostragem intencional é o tipo mais comum de amostragem não probabilística. Nela o pesquisador está interessado na opinião de determinados elementos da população, que segundo seu julgamento, pela função desempenhada, pelo cargo que ocupa, pelo tempo de atuação, julga mais representativos da população. “Uma vez aceitas as limitações da técnica, a principal das quais é a impossibilidade de generalização dos resultados do inquérito à população, ela tem sua validade dentro de um contexto específico” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 52). Embora essa técnica apresente limitações quanto à generalização dos resultados para outras pesquisas, ela se mostra apropriada para o contexto específico desta pesquisa, pois a escolha dos interlocutores na pesquisa qualitativa representa uma peça chave na elucidação dos fatos questionados e apresenta validade no campo acadêmico.

Há diferentes técnicas que podem ser utilizadas na execução de pesquisas, porém, a análise de conteúdo é uma das técnicas de análise de dados que vêm sendo mais utilizada nas pesquisas qualitativas no campo da administração, bem como na psicologia, na ciência política, na educação, na publicidade e, principalmente, na sociologia. Como apontado por Flick (2009 apud MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 733) “a pesquisa qualitativa é recente e ocorreu concomitantemente em diversas áreas, tendo se caracterizado cada uma delas por um embasamento teórico específico, por conceitos de realidade específicos e por seus próprios programas metodológicos”. Flick afirma ainda, com relação à Análise de Conteúdo, que essa, após a coleta de dados, faz a interpretação, utilizando-se de técnicas apuradas.

Bardin (2006, p. 38) define que a técnica de análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas de análise, que usa procedimentos sistemáticos com objetivos de descrição

do conteúdo das mensagens. Diante do exposto, percebe-se que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Como afirma Chizzotti (2006, p. 98), a análise de conteúdo objetiva compreender de forma crítica o sentido das comunicações, seu conteúdo de formas explícitas ou ocultas.

Analisou-se os dados desta pesquisa com base na análise de conteúdo¹⁰ de Bardin (2004), que a define como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza objetivos de descrição do conteúdo das mensagens e procedimentos sistemáticos. Para a autora, as etapas do método são três, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação). Antes da realização da entrevista preencheu-se uma ficha de identificação do entrevistado, além disso, foi lida, entregue e assinado uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, depois procedeu-se à entrevista, gravando-se a mesma em mídia sonora. Depois que realizou-se a entrevista com os seis interlocutores, seus conteúdos foram transcritos, criando-se para tal, cinco categorias de conteúdos, *a priori* (importância do Conselho para o território, ações desenvolvidas pelo Conselho e suas prioridades, participação da sociedade quanto as ações desenvolvidas, custeio das ações e obstáculos enfrentados pelo Conselho). Adotou-se essa categorização metodológica por entender que a mesma se mostra apropriada a elucidar os questionamentos feitos na pesquisa.

Após a coleta dos dados, transcreveu-se os conteúdos das gravações e submeteu-os à análise propriamente dita, que consistiu basicamente na categorização, agrupando-se os elementos (as falas dos sujeitos) com o que cada um tem em comum com os outros, sendo composta de duas etapas: a primeira, o inventário, que consistiu em isolar os elementos; e a segunda, a classificação, que foi o momento de repartir os elementos, procurando-se impor uma organização às falas. Por último, realizou-se o tratamento dos resultados e a interpretação, que envolveu síntese e seleção dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2004).

O projeto que originou esta pesquisa foi submetido ao Comitê e Ética pública (CEP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), gerou um processo de número CAAE 21468919.7.0000.5214 por meio da Plataforma Brasil, atendendo aos requisitos exigidos pela Resolução nº 510/2016 (BRASIL, 2016), que garante o anonimato e o direito aos sujeitos da

¹⁰ Análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47). Na leitura flutuante toma-se contato com os documentos a serem analisados, conhece-se o contexto e deixa-se fluir impressões e orientações (BARDIN, 1977). São empreendidas várias leituras de todo o material coletado, a princípio sem compromisso objetivo de sistematização, mas sim se tentando apreender de uma forma global as ideias principais e os seus significados gerais.

pesquisa se desligarem dela a qualquer momento, sem qualquer risco de penalidade ou prejuízos. O referido projeto foi aprovado por este Comitê e suas pesquisas só iniciaram após termo de aprovação.

4 ANÁLISE DAS REALIZAÇÕES DO CTDSVS (2009-2018)

Este capítulo apresenta a análise dos dados coletados na pesquisa, feita por meio da leitura das atas referentes ao período de recorte da pesquisa (16/04/2009 - 31/12/2018) e do estudo das entrevistas realizadas a um grupo de seis interlocutores. Para análise das atas foram estabelecidas quatro categorias, *a posteriori* e para a análise das entrevistas foram estabelecidas cinco categorias, também *a posteriori*. Essas categorias trarão à exposição aspectos significativos do Conselho, desde sua importância, participação populacional, ações desenvolvidas e seu custeio, além dos obstáculos enfrentados para desenvolvê-las.

Bardin (2006, p. 38) define que a técnica de análise de conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

Diante do exposto, percebe-se que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Como afirma Chizzotti (2006, p. 98), a análise de conteúdo objetiva compreender de forma crítica o sentido das comunicações e seu conteúdo de forma explícita ou oculta.

Tendo em vista as diferentes fases da análise de conteúdo propostas por Bardin (2006), destacam-se, como o próprio autor o fez, “as dimensões da codificação e categorização que possibilitam e facilitam as interpretações e as inferências”. No que tange à codificação, “corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão” (BARDIN, 2006, p. 103). Após a codificação, segue-se para a categorização, a qual consiste em:

Classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN, 2006, p. 117).

As categorias estabelecidas para a análise das atas e das entrevistas trarão à exposição aspectos significativos do Conselho, desde sua importância, participação populacional, ações desenvolvidas e seu custeio, além dos obstáculos enfrentados para desenvolvê-las.

Por meio da Lei Complementar 87/2007 o Governo do Piauí implementou uma nova estratégia de desenvolvimento, o Planejamento Participativo Territorial, com a criação dos Territórios de Desenvolvimento. Após a criação dessa lei os territórios se constituíram nas unidades de planejamento da ação governamental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução das desigualdades regionais e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas, das ações e da regionalização do orçamento. A ação governamental será efetivada mediante a formulação do Plano Plurianual de Governo, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual, dos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios e do Plano de Desenvolvimento do Estado do Piauí (SEPLAN-PI). Essa mesma lei complementar criou instâncias participativas, como as Assembleias Municipais, os Conselhos de Desenvolvimento Territorial e o Conselho de Desenvolvimento Estadual, atribuindo a cada um suas competências e definindo suas composições. Os Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável deliberam sobre as demandas das Assembleias Municipais, hierarquiza as ações para o Território, a partir de critérios definidos pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento, considerando as particularidades regionais e apoia o Poder Executivo na elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Territórios e de Desenvolvimento do Estado do Piauí (SEPLAN-PI).

O Conselho Territorial de Desenvolvimento Vale do Sambito (CTDSVS) é um órgão colegiado de discussão, execução, consulta e deliberação de políticas públicas para o desenvolvimento do Território Vale do Sambito. Foi criado em 16 de abril de 2009, possui sede na cidade de Inhumas do Piauí, onde ocupa o mesmo espaço físico da Secretaria de Agricultura do Município. Funciona de segunda a sexta-feira nos horários de 08:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00, apresenta seus dados são acessíveis ao público, tendo atendimento por meio de uma secretária. Foi concebido no âmbito das estratégias políticas de descentralização do planejamento das ações do Estado do Piauí e segue as orientações normativas definidas pela SEPLAN/PI, aos ditames da Lei complementar 87/2007 e ao seu Regimento Interno. “O planejamento da ação governamental será efetivado através das seguintes instâncias de participação [...] Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável – CTDS” (PIAÚÍ, 2007, p. 2).

Ele possui Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com número 18.411.029/0001-21, natureza jurídica de direito privado sem fins lucrativos e tem suas atribuições definidas no Regimento Interno. Segundo relatos da atual presidente, Lidiane Maria Vieira Veloso, que está à frente da presidência desde abril de 2009, entrando no seu quinto mandato, o processo de criação do CTDSVS se deu em conformidade com as estratégias de

descentralização do planejamento das ações do Governo, que se iniciaram em 2007 com publicação da Lei Complementar 87/2007, quando foram realizados os primeiros atos de sensibilização e de mobilizações da comunidade. Em seguida, intensificou-se o processo de mobilização e discussões até chegar à formação de um Conselho de fato no final de 2008, mas oficialmente sua fundação ocorreu em 16 de abril de 2009, quando realizou sua primeira assembleia ordinária. Nessa assembleia foram discutidos temas diversos, entre eles a composição, atribuições e criação do Regimento Interno, assim como o papel do Conselho. A partir de 2009, o CTDSVS passou a funcionar normalmente, realizando suas sessões periodicamente; entretanto, só em 10 de junho de 2013 fez seu registro de CNPJ junto à Receita Federal, e em 16 de abril de 2014 aprovou seu Regimento Interno e criou um fundo para custeio das despesas fixas. Foi uma longa jornada até chegar nas condições em que se encontra hoje. Como forma de divulgar suas ações e facilitar a transparência, o Conselho criou um site eletrônico (<https://ctdsvaldosambito.blogspot.com/2020/02/1-assembleia-territorial-de-2020.html>), mas ainda se encontra em fase inicial, sem muitas informações; e um perfil no facebook (<https://www.facebook.com/pg/valdosambito/posts/>), no qual é possível visualizar documentos, postagens de eventos, convites e fotos de eventos.

Este Conselho possui regimento Interno, no qual estão estabelecidas suas competências, instâncias, sua composição e regras sobre Mandato e realização de sessões. Compete ao CTDSVS,

Planejar, adotar e executar ações, programas e projetos destinados a promover e acelerar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região compreendida do território pelo território, apoiar o desenvolvimento rural centrado na agricultura familiar;

Promover a integração das ações, programas e projetos desenvolvidos pelos órgãos não governamentais e empresas privadas consorciadas ou não, destinada a recuperação ou preservação ambiental da região do Vale do Sambito;

Acompanhar a aplicação da legislação ao planejamento e desenvolvimento territorial e suas demandas oriundas das assembleias municipais para os territórios;

propor, discutir e deliberar sobre os planos, programas e projetos relativos ao desenvolvimento territorial e sobre as demandas oriundas das assembleias municipais para os territórios; promover o acompanhamento das políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento territorial;

Apoiar o poder executivo na elaboração dos planos de desenvolvimento territorial e do Estado, propondo a elaboração de estudos sobre questões relevantes para sociedade;

Instalar comissões para assessoramento técnico, podendo valer-se de órgãos públicos e de colaboradores externos;

Promover o acompanhamento de políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento regional;

Aprovar plano de aplicação de recursos para o desenvolvimento territorial; emitir parecer a cada semestre sobre a execução orçamentária, juntamente com os relatórios das atividades executadas na região por área de atuação. (REGIMENTO INTERNO, 2014, p. 1).

Fazem parte da estrutura e organização do Conselho o plenário, que é o órgão máximo de deliberação, a secretaria executiva e os comitês e grupos temáticos. Sua composição é feita por 124 membros, 62 titulares e 62 suplentes, dos quais metade representam o governo (membros natos) e metade, a sociedade civil (membros eletivos). (ver tabela 3).

Tabela 3 - Composição do Conselho Territorial Vale do Sambito (titulares).

Representantes (do) a				
Estado	Nº	Sociedade Civil ¹¹	Nº	Total
Prefeitos Municipais	15	Representantes dos municípios escolhidos em assembleias	30	45
Presidentes da Câmara de Vereadores	15			15
Representante do Governo	1	Representante de ONG com atuação no território	1	2
	31		31	62

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados coletados na pesquisa.

Conforme composição apresentada a cima (tabela 3), nota-se paridade entre os representantes do governo e os da sociedade civil, o que pode refletir equilíbrio no momento dos debates e das deliberações, ressalta-se que o seguimento da sociedade civil representa a diversidade cultural, econômica e política dos habitantes do território, na qual estão presentes pequenos agricultores/agricultura familiar, sindicatos e associações de pequenos produtores dos municípios, os pequenos produtores de caju e agricultores por meio da COOPCAJU e da FETAG e associações de assentados rurais. Representado o seguimento do governo tem-se os 15 presidentes das câmaras municipais (um de cada cidade do território) e os 15 prefeitos municipais (um de cada cidade do território). A natureza mista na composição do Conselho denota o caráter plural e representativo do colegiado, que embora objetive o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e o rural, não exclui da composição membros oriundos de outros seguimentos ou atividades. Avritzer (2002) atribui aos conselhos o caráter de instituição híbrida

¹¹ Os membros da sociedade civil que compõem o Conselho Territorial Vale do Sambito são em número de 31, dos quais 30 são escolhidos nas assembleias municipais, dois deles por município, a cada dois anos, e um representante pertencente a uma ONG que tenha atuação dentro do território.

pelo fato de os três segmentos citados anteriormente compartilharem do mesmo espaço de deliberação.

O CTDSVS valoriza os princípios do fortalecimento da gestão social, pois apresenta uma composição híbrida, contempla no § IV do Artigo 5º do regimento esse princípio como atribuições, “Compete ao plenário [...] propor, discutir e deliberar” (REGIMENTO INTERNO, 2009, p. 2), realiza sessões abertas ao público, e durante as mesmas, dá poder de voz a pessoas/representantes interessados na temática em discussão. Adota nas suas decisões princípios democráticos, buscando contemplar de forma equitativa a população que representa, por meio de uma visão sistêmica do território.

Compete ao plenário do Conselho, além de outras atribuições de ordem interna, propor, discutir e deliberar sobre os planos, programas e projetos relativos ao desenvolvimento territorial e sobre as demandas oriundas das assembleias municipais para os territórios; promover o acompanhamento das políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento territorial; emitir parecer a cada semestre sobre a execução orçamentária, juntamente com os relatórios das atividades executadas na região por área de atuação; apoiar o Poder Executivo na elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Territórios, propondo a elaboração de estudos relevantes à sociedade.

O plenário reúne-se-á, ordinariamente, a cada quatro meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, podendo ser convocado, em casos extraordinários, pelo presidente, e na sua falta pelo seu vice ou secretário e por subscrição de 1/3 dos membros do plenário. O plenário instala-se e delibera em primeira convocação por maioria absoluta (metade e mais um) dos seus membros, ou trinta minutos a pós com no mínimo 15% dos seus membros (10 membros). Já a Secretaria Executiva se reunirá ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário para planejar atividades e avaliar as ações realizadas pelo Conselho.

Conforme artigo 7º da Lei Complementar 87/2017 (PIAUI, 2017), a função de membro do Conselho não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público, enquanto a renovação dos membros eletivos acontecerá a cada 2 anos, por meio de eleições conduzidas por uma comissão composta por três membros escolhidos dentre aqueles que não estejam pleiteando vaga. Para o cargo de presidente não há limite do número de reconduções desde que seja eleito. A ausência de limites para o número de reconduções ao cargo de presidente traz certa incoerência com as políticas participativas, pois atrapalha a alternância do poder, princípio básico da democracia participativa. Caso verificado no Conselho Vale do Sambito, em que a atual presidente já no poder há 11 anos, ou seja, encontra-se no sexto mandato.

Como forma de garantir o funcionamento do Conselho e da Secretaria Executiva para cumprimento de suas atribuições regimentais, visto que o mesmo não possui fins lucrativos, aprovou-se um fundo a ser repassado mensal pelas prefeituras 15 dos municípios que compõem o território Vale do Sambito.

4.1 Importância do Conselho Territorial Vale do Sambito para o território

O Conselho Vale do Sambito, dentro da temática territorial, agrega os municípios para valorizar o que se tem de melhor entre eles, utilizando-se do verdadeiro instrumento de produção da zona rural, a agricultura e a pecuária, de forma que haja integração entre o urbano e o rural, mediante uma relação de interdependência saudável, comercial e não puramente competitiva.

Nos fragmentos abaixo estão evidentes elementos que denotam a importância do Conselho para a região Vale do Sambito. Esses fragmentos são relativos ao primeiro questionamento (“No seu ponto de vista, qual a importância do Conselho Territorial de Desenvolvimento Sustentável Vale do Sambito (CTDSVS) para o desenvolvimento da região?”):

“Em primeiro lugar, é uma forma de desenvolvermos o Território como um todo, além facilitar acesso mais diretamente aos órgãos e instituições na busca de melhores projetos e ações que venham nos fortalecer”. (ENTREVISTADO 1).

“É importante porque fortalece a participação dentro do nosso território, tudo que vier pra agregar ao município é bem-vindo”. (ENTREVISTADO 2).

“Ele é importante porque faz descentralização do poder, dando acesso a toda a sociedade na busca de saídas que visam o desenvolvimento da região”. (ENTREVISTADO 3).

“É muito importante, pois encaminha e mobiliza as pessoas”. (ENTREVISTADO 4).

“A importância é imensa, pois promove a integração entre os municípios e destes com a população em geral. É por meio dele que há troca de conhecimentos e experiências entre os conselheiros, embora nesses últimos anos haja um abandono e falta de apoio pelo governo federal, ainda assim a gente tenta manter viva a chama dos conselhos e realizar muitas atividades com seu apoio. Quando se faz política através de conselho você consegue envolver mais a população, integrando os agricultores, os comerciantes e empreendedores, promovendo o intercâmbio entre a população dos municípios. A política dos conselhos procura beneficiar os municípios de uma forma geral. Por meio da união dos municípios, ações ficam mais baratas e mais viáveis”. (ENTREVISTADO 5).

“A maior importância do Conselho é a integração em todos os aspectos, tanto regional quanto cultural, pois o Conselho Vale do Sambito é composto por 15 municípios que tem aspectos em comuns e também suas peculiaridades, então essa é uma oportunidade de troca de experiências que favorecem o desenvolvimento da região. Um projeto de grande importância que está em andamento é a estruturação do hospital

de Valença, assim ele se tornará o hospital regional da região do Vale do Sambito, adequando-se à atual política de regulação da saúde”. (ENTREVISTADO 6).

O primeiro entrevistado declara, e os outros reproduzem, de forma diferente, mas com a mesma essencialidade, que a criação do Conselho funciona como uma ponte de acesso aos avanços para todos os municípios que compõem o Território Vale do Sambito. Através da participação de órgãos e instituições, os quinze municípios tendem a ser beneficiados por meio de novas aquisições e troca de experiências que os impulsionam ao desenvolvimento, a partir de suas próprias riquezas naturais e dos investimentos realizados.

A integração da população por meio do Conselho favorece as atividades comerciais e gera novas oportunidades, o que é verificado por meio das feiras e exposições promovidas pelo Conselho. Outras ações importantes que o Conselho promove são os fóruns e as palestras, que proporcionam novos conhecimentos. (ENTREVISTADO 5).

O último entrevistado enfatiza bem mais essa ideia, citando um exemplo prático da importância de reunir vários municípios em um “Conselho”, com o objetivo de estender os benefícios adquiridos entre todos, pois apresenta a questão da regionalização do hospital, situado em Valença, que contemplará os outros municípios do território.

Segundo Alves (2007, p. 117) “uma das motivações para a adoção da abordagem territorial nas políticas públicas refere-se à constatação das limitações do município em gerir programas governamentais estratégicos, que muitas vezes exigem a ampliação das ações para além de seus limites políticos”. Como exemplos de ações dessa natureza, podem-se citar: projetos ambientais de recuperação de áreas degradadas, gestão de bacias hídricas, arranjos produtivos locais, entre outros.

4.2 Ações desenvolvidas pelo Conselho e suas prioridades

Os municípios isoladamente até poderia tentar promover ações na tentativa de manterem-se ativos e defenderem sua própria cultura de subsistência, no entanto, dificilmente atingiriam patamares maiores sem o auxílio do Conselho Territorial, pois, este tem um objetivo bem maior, uma vez que são vários os municípios que serão atingidos pelos resultados dessas ações. E, de acordo com Ortega (2008, p. 74):

Na base desse desenvolvimento territorial estaria (...) a identificação ou criação de uma cultura no território centrada na crença em uma perspectiva de desenvolvimento, alicerçada em capacidades e recursos existentes em nível territorial, no aproveitamento de recursos humanos, na mobilização de atitudes e valores, com o objetivo de criar uma trajetória de desenvolvimento.

De fato, é necessário mobilizar-se para aproveitar os recursos humanos e materiais existentes na região, aliá-los à capacidade local de produção e desenvolver projetos de ações que impulsionem o crescimento dos índices de desenvolvimento humano sustentáveis dos municípios. Dentre as ações desenvolvidas no Conselho Territorial Vale do Sambito, segundo os entrevistados, destacam-se:

“As assembleias com temáticas importantes como resíduos sólidos, selo de inspeção municipal; A reestruturação e reforma do Hospital regional de Valença; A realização de cinco feiras territoriais nos municípios de Ipiranga do Piauí, Inhuma e Valença; Realização e formação do Comitê da Juventude, com temáticas pertinentes ao público alvo; Realização junto ao IFPI – Campus Valença dos Dias de Campo, com amostras de experiências na melhoria de nossa produção; Temáticas com relação à segurança pública; busca por formação e capacitação na educação, no que diz respeito a cursos superiores de acordo com a necessidade dos municípios; Participação em intercâmbios para capacitação dentro de gestão de conflitos; Implantação do selo de inspeção municipal (SIM); Formação em elaboração de projetos; Ainda tem a realização das feiras municipais em: Francinópolis 2014, Lagoa do Sítio 2015, Barra D’Alcântara 2016, Pimenteiras 2017, Novo Oriente 2018. Essas datas são fixas por ano”. (ENTREVISTADO 1).

“Realização de assembleias temáticas em datas comemorativas. Tem também as feiras que geram rendas para os produtores rurais, onde se expõem o potencial de cada município. As feiras têm produtos agrícolas regionais, como o milho, manga, banana; tem também pecuária com destaque pra caprinos, ovinos, cabra leiteira, dentre outras variedades”. (ENTREVISTADO 2).

“São as feiras agrícolas que acontecem tanto a nível regional quanto municipal, ações desenvolvidas no sentido de valorização da juventude”. (ENTREVISTADO 3).

“Promoção de assembleias, conferências temáticas, feiras dos produtores dos municípios”. (ENTREVISTADO 4).

“O Conselho já desenvolveu várias ações, tais como as feiras municipais que são promovidas nos municípios que fazem parte do Conselho, além das feiras territoriais que são realizadas anualmente em um dos municípios”. (ENTREVISTADO 5).

“Mensalmente são promovidas as feiras municipais e anualmente as feiras territoriais, nelas são promovidas oficinas, seminários, minicursos de manejo de solo e criação de caprinos”. (ENTREVISTADO 6).

Quanto às ações desenvolvidas através do Conselho, em especial as feiras, é unânime a opinião dos entrevistados de que elas promovem a valorização dos municípios envolvidos. Segundo a fala deles, essas feiras, tanto as municipais como as territoriais, propiciam a valorização da população, porque por meio delas, como diz o sexto entrevistado: “... nelas são promovidas oficinas, seminários temáticos, minicursos diversos, como de manejo de solo e criação de caprinos” (ENTREVISTADO 6).

O conhecimento favorece melhores condições de trabalho e aumento da produção, pois capacita as pessoas para desempenhar suas funções, seja na agricultura, seja na pecuária, ou no comércio. Os municípios que têm sua economia baseada no comércio, através da circulação de

mercadorias, são beneficiados durante a realização das feiras, pois estas dinamizam toda a economia do território e “...geram rendas para os produtores rurais e expõem o potencial de cada município” (ENTREVISTADO 2).

Nesse ínterim, vale destacar a fala da primeira entrevistada, que enfatiza a importância das assembleias em que são discutidas temáticas relevantes como segurança pública, educação, meio ambiente, entre outras. E fala num ponto muito importante: “Busca por formação e capacitação na educação, no que diz respeito a cursos superiores voltados para as vocações dos municípios” (ENTREVISTADO 1). A oferta no território de educação de qualidade nas áreas de vocação da região favorece o acesso aos filhos de pequenos agricultores que não tem condições de mantê-los estudando na capital ao mesmo tempo que favorece o desenvolvimento das potencialidades regionais com a qualificação da mão-de-obra na própria região.

4.3 Participação da sociedade nas ações desenvolvidas por meio do Conselho

Como resultados da atuação conjunta da sociedade e do poder público nas discussões e na formulação de políticas de âmbito territorial tem-se o fortalecimento e à autonomia dos municípios junto ao Estado, criando um ambiente favorável a mudanças, tanto no modo agir como no de pensar dos cidadãos, que se tornam mais conscientes do seu papel no município, tornando-se sujeitos capazes de intervir nas deliberações de seus interesses frente ao Estado (ROCHA, 2011). Todo indivíduo tem o direito de participar do processo de formulação, aplicação e de acompanhamento das políticas públicas de seu município, através da atuação nos conselhos territoriais. Essa participação é importante para a gestão ter um olhar mais voltado para a realidade de cada município, desde suas potencialidades até suas limitações.

Quanto à proporcionalidade de participação da sociedade civil nas ações desenvolvidas pelo Conselho Territorial Vale do Sambito, quando os entrevistados foram indagados a respeito de como a população tem se comprometido com as políticas promovidas pelo Conselho, todos os seis foram unânimes em responder que a sociedade tem participado de forma efetiva nas discussões e nos debates promovidos, seja nas assembleias, seja nas feiras ou na escolha das ações a serem implementadas, conforme descrito abaixo:

“Ela tem se comprometido participando das assembleias territoriais, realizadas a cada dois meses, mesmo sem ter direito a voto, mas tem direito à voz, nas feiras, tanto territoriais como municipais, nas conferências que a gente realiza juntamente com os órgãos do governo do estado, mas não só isso. Elas discutem as suas demandas e a gente apresenta ao território, né, de acordo com a necessidade da população que compreende o Vale do Sambito”. (ENTREVISTADO 1).

“A sociedade é muito comprometida, nota-se por meio da presença em peso da população e da participação nos debates promovidos pelo Conselho. Tem como exemplo a conferência promovida para debater a respeito do problema dos esgotos sanitários, onde foi constatada a presença marcante da população, o que gerou uma decisão de política pública pra região”. (ENTREVISTADO 2).

“A população participa primeiramente nas assembleias municipais que são realizadas para escolha dos conselheiros e também na escolha dos projetos que feita em assembleias municipais envolvendo toda população e também nas reuniões temáticas realizadas pelo conselho”. (ENTREVISTADO 3).

“Por meio da participação nos eventos e nas ações promovidas pelo Conselho”. (ENTREVISTADO 4).

“A população participa dos eventos promovidos pelo Conselho e cobra políticas de melhoria para seu município. Essas cobranças são discutidas e analisadas dentro do Conselho e quando possível são atendidas”. (ENTREVISTADO 5).

“Por meio da representação nas assembleias ordinárias e nas extraordinárias, a população também participa efetivamente nas feiras. A realização das feiras também ajuda a exteriorizar os trabalhos realizados pelo Conselho, aumentando o engajamento da população”. (ENTREVISTADO 6).

Em termos de mecanismos que garantam a participação social, a abordagem territorial segue a tendência da descentralização das políticas públicas por meio da criação de espaços públicos institucionalizados para a definição de prioridades e acompanhamento das ações propostas. Mas a participação social não se restringe a isso, é necessário ir além da formação dessas instâncias, trazendo a colaboração dos diferentes atores sociais, como já é consagrado nos Conselhos Municipais de Saúde ou Educação, e constituir instâncias de representação que sejam capazes democratizar as relações de poder dentro da sociedade (CORREA, 2009).

O Conselho Territorial Vale do Sambito assume, de fato, essa função de descentralizar o foco de atuação das políticas públicas de desenvolvimento rural, pois define prioridades para os municípios de sua região, através de votação em assembleias participativas, além de fazer o controle na execução das ações desenvolvidas.

4.4 Custeio das ações desenvolvidas pelo Conselho

Para Ortega e Cardoso (2002), dentro das estratégias das políticas de desenvolvimento criadas pelo MDA/SDT, a linha de infraestrutura e serviços municipais do PRONAF se constituiu num importante programa de descentralização de política de âmbito territorial, entretanto, quando ele é pensado do ponto de vista estratégico, ainda, segundo os dois autores citados, apresenta limites a serem superados. Dé acordo com os autores:

O Pronaf pode e deve ser pensado como eixo fundamental e estratégico para o desenvolvimento local. Entretanto, cabe perscrutar até que ponto o Pronaf

Infraestrutura, pensado enquanto uma política de desenvolvimento local tem efetivamente contribuído para a viabilização de uma concertação de interesses capaz de engendrar um pacto territorial, ou seja, uma capacidade socio territorial de articulação de interesses diversos em torno de um projeto viável de desenvolvimento local (ORTEGA; CARDOSO, 2002, p. 299).

Essa limitação apontada por Ortega (2002, p. 1) está “no modo como se objetiva a distribuição dos poucos recursos oferecidos pelo programa para as melhorias em infraestrutura que essas localidades requerem, bem como no viés eminentemente agropecuário dos projetos elaborados e da dificuldade em se incluir segmentos sociais urbanos em municípios de perfil rural”. Destacando que essa via de recurso é do governo federal, atingindo, pois, todos os municípios brasileiros. Quando indagados como são custeadas as ações desenvolvidas pelo Conselho, os seis entrevistados:

“Além de um fundo por meio do qual as prefeituras repassam mensalmente o valor de 17% do salário mínimo vigente, a gente tem é o apoio das instituições parceiras, tais como a FETAG, Escola de Formação Paulo de Tarso, COOTAP Associados e outras que tá dentro do território e também temos convênios tanto com o Governo Federal, a nível do PROINF como também temos as parcerias com a SEPLAN, SAFRE e outros órgãos do governo do estado, mas as duas secretarias principais que dão apoio às ações dentro do território é a SAFRE e a SEPLAN”. (ENTREVISTADO 1).

“Envolve parcerias com muitas instituições, tais como as prefeituras, secretaria de agricultura, EMATER, dentre outras”. (ENTREVISTADO 2).

“Todas as despesas de custeio do Conselho são financiadas por um fundo que é mantido pelas 15 prefeituras dos municípios que compõem o Conselho e durante a realização de eventos os custos das ações são arcados pelas instituições parceiras do Conselho, como a CODEVASF e a EMATER, dentre outras”. (ENTREVISTADO 3).

“Por meio de ajuda das prefeituras das cidades da região e de entidades parceiras como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais”. (ENTREVISTADO 4).

“A principal fonte de custeio é o Governo Federal e o governo estadual. Ainda hoje há o apoio do governo estadual por meio da SEPLAN, SAFRE, BNDES, SEBRAE, dentre outras entidades parceiras. Há também um repasse feito pelas prefeituras dos municípios que integram o território, é um valor pequeno, mas ajuda nas despesas de deslocamento do presidente e nas despesas administrativas”. (ENTREVISTADO 5).

“As fontes são diversas, tem a União por meio de chamadas públicas e projetos, a participação do estado (SEPLAN e SAFRE) por meio de financiamento de despesas para a realização das feiras territoriais, os municípios ajudam durante em épocas de realização das feiras, além de uma contribuição mensal repassada pela prefeitura ao Conselho, essa contribuição se destina a custear despesas de manutenção do conselho e transporte de conselheiros para as assembleias”. (ENTREVISTADO 6).

Todos os entrevistados destacaram em suas falas, o fundo de 17% como forma principal de arrecadação de recursos que o Conselho Territorial Vale do Sambito tem, vale ressaltar que essa fonte corresponde a um repassam mensalmente no valor de 17% do salário mínimo vigente que as prefeituras fazem para o Conselho. Depois eles apresentam as instituições parceiras,

tanto do governo federal como estadual: PROINF (PRONAF linha de infraestrutura e serviços), CODEVASF, EMATER, BNDES, SEBRAE, FETAG, SEPLAN, SAF e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Essas instituições tem um papel importante no apoio à realização das ações do Conselho, principalmente em relação às feiras, momento que se firmam as parcerias para a promoção do evento, cada uma fazendo contribuição para custeio das despesas do evento. Umas dão contribuição financeira, outras entram com conhecimento técnico, formação e capacitação. Mas as fontes principais de custeio são oriundas dos Governos do Estado e do Governo Federal, em que o Conselho participa de editais e formulação de projetos para melhoria do território.

4.5 Obstáculos enfrentados pelos conselheiros para desenvolver suas ações

Quando perguntados quais eram os principais obstáculos enfrentados pelo CDSVS durante os nove anos de funcionamento do Conselho no desenvolvimento de suas atribuições, os seis entrevistados assim responderam:

“O maior obstáculo é com relação ao poder público, que é tão atuante nas discussões que venham fortalecer o desenvolvimento do Território, por acharem que nós queremos ocupar o espaço de gestão deles”. (ENTREVISTADO 1).

“São vários os obstáculos, tem as dificuldades de se chegar ao consenso na escolha de uma ação, uns querem uma coisa, outros querem outras, tem também as dificuldades enfrentadas na formação de quórum para se tomar decisões, onde muitos conselheiros não comparecem as assembleias, inviabilizado a formação de quórum de votação, o que atrasa as ações no Conselho”. (ENTREVISTADO 2).

“Primeiro vem as dificuldades financeiras, depois as dificuldades de encontrar uma data que possa juntar todos os conselheiros para promover as assembleias e fazer as deliberações”. (ENTREVISTADO 3).

“O principal deles é o recurso financeiro, mas tem a dificuldade de transporte dos conselheiros até os locais das assembleias, além da falta de alguns para formação do quórum para aprovação de ações”. (ENTREVISTADO 4).

“Atualmente a principal dificuldade é a falta de recursos financeiros, principalmente por parte do Governo Federal, que cortou o apoio, além da redução de apoio do Governo do Estado. Essa falta de apoio desestimula o trabalho do Conselho. Há também o problema da falta de participação de alguns membros do Conselho nas assembleias, não dando a importância devida ao Conselho”. (ENTREVISTADO 5).

“Além da questão financeiro, o outro obstáculo enfrentado pelo Conselho é a falta de participação de membros nas assembleias, falta sensibilização dos conselheiros, principalmente por parte dos conselheiros do executivo, quanto à importância das ações do Conselho”. (ENTREVISTADO 6).

Das respostas dos entrevistados, dois obstáculos foram apresentados, o primeiro diz respeito à falta de atuação de membros que representam o governo, o que chega a impactar na

formação do quórum de decisão; o segundo à falta de recursos. Segundo Avritzer (2011), a falta de participação de membros do conselho pode levar a dois problemas, um é a falta de efetividade deliberativa na promoção de políticas públicas, o outro, que é consequência do primeiro é a falta de efetividade do próprio conselho. Sem quórum não se define prioridades, nem se promove políticas. Por outro lado, a falta de recursos, por sua vez, pode ser vista de dois aspectos, o primeiro diz respeito ao financiamento da própria locomoção dos conselheiros até o Conselho, dado que muitos precisam fazer trajetos intermunicipais, o segundo aos recursos oriundos das linhas de financiamento tanto para financeira quanto para manter as atividades promovidas pelo Conselho devido aos cortes nos repasses do Governo Federal.

É importante ressaltar que entre os entrevistados tem-se: Presidente do Conselho do Vale do Sambito, da cidade de Inhuma do Piauí; Conselheiro de ONG, de Francinópolis do Piauí; Conselheiro do Legislativo, de Várzea Grande; Conselheira representando a sociedade civil de Elesbão Veloso; Conselheiro do Executivo, de Inhuma, e Conselheiro nato – representante do executivo, de Francinópolis do Piauí.

As atas são os documentos que possuem os registros escritos de todos os acontecimentos e temas apresentados e debatidos durante as sessões, assim como a prestação de contas anual do Conselho. Em decorrência da sua importância, e com fins de entender melhor o papel do CTDSVS, foram analisadas o total de 30 atas referentes ao período de recorte desta pesquisa (16/04/2009 – 31/12/2018). Dessa análise foram estabelecidas duas categorias (projetos executados com recursos adquiridos pelo CTDSVS e ações realizadas pelo Conselho. Ressalta-se que esses documentos foram disponibilizados pela Secretaria Executiva do Conselho.

Conforme Artigo 5º da Lei Complementar 87/2007 “O Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável – CTDS, reunir-se-á ordinariamente em Assembleia, no mínimo a cada quatro meses, obedecendo ao rodízio de Municípios para a sua realização” (PIAÚÍ, 2007). O Regimento Interno também contempla essa informação, além de estabelecer a possibilidade de sessões extraordinárias. Da leitura das atas observou-se que as sessões obedecem a um rito que começa com a abertura da sessão pela presidente do Plenário do Conselho, registro das pessoas presentes, apresentação da pauta a ser discutida, depois prosseguia com a leitura e aprovação da ata da última sessão realizada. A primeira ata da assembleia ordinária de 2010 apresenta o seguinte trecho:

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dez (2010), às nove horas, no auditório da Câmara Municipal de Valença, Território Vale do Sambito, Estado do Piauí, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Territorial Vale do Sambito [...], a assembleia teve início com a abertura oficial do evento pela presidente

do Conselho, Maria Lidiane, que procedeu à acolhida e integração dos participantes (CONSELHO VALE DO SAMBITO, 2010, p. 9).

Observou-se que durante as sessões eram discutidas as pautas pelos presentes, ouvidos representantes, interessados na temática em debate, depois era feitas as votações, prevalecendo as propostas que recebesse a maior votação nominal, e por fim eram propostas as pautas para a próxima sessão. “[...] após a apresentação e discussão dos projetos de infraestrutura os quatorze conselheiros/conselheiras aprovaram por unanimidade três projetos a serem executados com recursos do PROINF 2011” (CONSELHO VALE DO SAMBITO, 2010. p. 20).

4.6 Projetos contemplados com recursos adquiridos pelo CTDSVS

Por meio da tabela 3, abaixo, elaborada com base na análise das atas, é fácil perceber que o CTDSVS captou recursos para estruturar os municípios do território no valor de (R\$) 1.798.000,00 (um milhão, setecentos e noventa e oito mil reais), tendo como fonte principal os recursos oriundos do PRONAF da linha de infraestrutura e serviços. Ortega e Cardoso (2002) reconhecem que essa linha de crédito se constituía em importante iniciativa de construção de política pública descentralizada, baseada numa abordagem territorial. Esses recursos beneficiaram diretamente ao menos 10 municípios do território (Prata do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, Lagoa do Sítio, Novo Oriente do Piauí, Pimenteiras, Aroazes, Várzea Grande, Ipiranga do Piauí, Inhuma do Piauí e Francinópolis) com a realização de obras de infraestrutura, aquisição de tratores e implementos agrícolas, veículos, móveis e de equipamentos de micro informática, implantação de sistemas de produção agroecológica sustentável, construção de agroindústrias de beneficiamento de caju, reforma, ampliação e estruturação de escola agrícola, e na construção de centro de produção de artigos religiosos. Essa mesma linha de crédito que financiou a infraestrutura, também financiou o custeio de cursos de capacitação para nas áreas de implantação de técnica de fruticultura, piscicultura, ovinocaprinocultura, avicultura e horticultura na Escola Familiar Agrícola Montes Claros.

Percebe-se que os projetos realizados e executados na região visaram fomentar o desenvolvimento regional por meio da participação de atores locais nas discussões e na escolha dos projetos e dos municípios contemplados. Pois, as decisões tomadas no Conselho, quando não poderem beneficiar diretamente todos os municípios, devem ao menos contemplar uma visão territorial.

Ressalta-se que na tabela não aparece informações referentes ao ano 2017, o que me fez questionar junto à secretaria Executiva do Conselho, que argumento que isso foi decorrente do

processo de sucessão presidencial (Dilma Rousseff por Michel Temer). O então presidente Michel Temer suspendeu repasses de verbas para a política territorial em 2017.

Quadro 1 - Resumo dos projetos realizados pelo Conselho por período (2009 - 2018).

Ano	Município	Benefícios dos projetos	Valor do Recurso (R\$)
2009	Prata do Piauí	Implantação de 3 Sistemas de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS).	30.000,00
2009	Santa Cruz dos Milagres	Implantação de 2 Sistemas de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS).	20.000,00
2010	Lagoa do Sítio	Construção de Agroindústria de beneficiamento de caju.	100.000,00
2010	Novo Oriente	Construção de Agroindústria de beneficiamento de caju	100.000,00
2010	Pimenteiras	Construção de Agroindústria de beneficiamento de caju.	100.000,00
2010	Aroazes	Ampliação e estruturação da Escola Familiar Montes Claros.	100.000,00
2010	Várzea Grande	Cursos de capacitação nas áreas de beneficiamento do caju, construção de viveiros e produção de mudas.	100.000,00
2011	Ipiranga do Piauí	Ampliação de Agroindústria de beneficiamento de caju.	50.000,00
2011	Inhuma do Piauí	Ampliação de Agroindústria de beneficiamento de caju.	50.000,00
2011	Aroazes	Implantação de Unidade Técnica de Fruticultura, piscicultura, ovinocaprinocultura, avicultura e horticultura na Escola Agrícola Montes Claros.	100.000,00
2012	Francinópolis	Aquisição de um trator com implementos agrícolas destinados a atender a agricultores familiares.	180.000,00

(continuação)

Ano	Município	Benefícios dos projetos	Valor do Recurso (R\$)
2012	Santa Cruz dos Milagres	Aquisição de um trator com implementos agrícolas destinados a atender a agricultores familiares.	180.000,00
2013	Ipiranga do Piauí	Estruturação do CTDSVS com equipamentos de informática e três veículos.	60.000,00
2013	Inhuma do Piauí	Estruturação da Secretaria de Agricultura com móveis e equipamentos de informática e veículos.	40.000,00
2014	-----	O valor foi empenhado, mas encontrado em questão judicial (não foram contabilizados).	700.00,00*
2015	Território	Aquisição de caminhão para facilitar o transporte e comercialização de produtos da agricultura familiar.	180.000,00
2015	Ipiranga do Piauí	Estruturação de Secretarias de Agricultura com móveis e equipamentos de informática e veículos.	100.000,00
2016	Santa Cruz dos Milagres	Construção de Centro de produção de artigos religiosos.	200.000,00
2017	-----	Mudança de presidente	-----
2018	Francinópolis	Aquisição de implementos agrícolas para atender a agricultura familiar.	108.000,00
TOTAL			1.798.000,00

Fonte: Estudo direto a partir da análise das atas(2020).

Pela análise das atas não foi possível identificar recursos oriundos do Governo do Estado, embora nos casos de recursos provenientes do Governo Federal, como do PRONAF, geralmente haja contrapartidas do Governo Estadual. As fontes de recursos identificadas nas análises foram as seguintes: recursos federais captados por meio de projetos de infraestrutura junto ao PRONAF e um fundo criado por meio de repasse das 15 prefeituras ao território para financiar o deslocamento dos membros do conselho no território, além do apoio financeiro resultantes das parcerias firmadas com sindicatos, associações, cooperativas, Banco do

Nordeste, SEBRAE e IFPI, principalmente durante a realização das feiras territoriais e municipais.

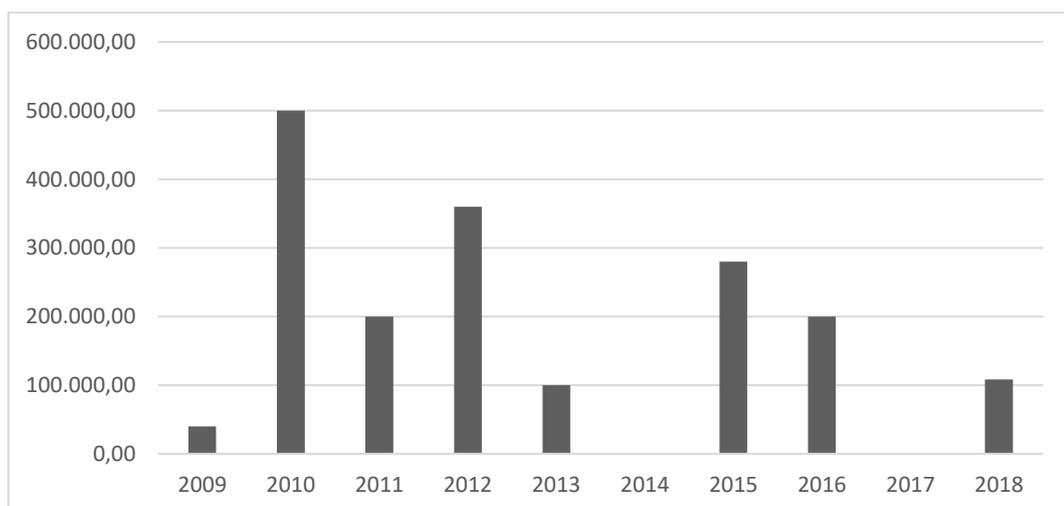
Vale ressaltar que até o momento o Governo do Estado descentralizou apenas o planejamento para os territórios, mas os recursos ainda continuam centralizados nas mãos do Governo, dificultando identificar a quantidade de recursos aplicados no território

A partir do quadro 1 mostrado a cima podemos verificar que os resultados oriundos dessa nova maneira planejar políticas públicas, adotando a abordagem territorial foram satisfatórios, pois geraram condições para o crescimento e o progresso para a região. Segundo Huppés, Lopes e Huppés (2010, p. 2), “o desenvolvimento é o crescimento e progresso, logo as políticas públicas, os recursos advindos desta forma de governar devem produzir resultados de desenvolvimento e crescimento dos locais onde os recursos públicos são aplicados”. Como já era esperado, o seguimento da agricultura familiar e os pequenos produtores foram os maiores beneficiados com os recursos, com isso, ratifica os pressupostos estratégicos dessa nova política, que visa setorializar o desenvolvimento.

Setorializar o desenvolvimento e focar políticas públicas têm se mostrado uma prática que também serve à exclusão de largas parcelas “esquecidas” da sociedade brasileira, tais como os habitantes das zonas rurais e das pequenas e médias cidades das regiões de menor desenvolvimento do país (REFERÊNCIAS PARA UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL, 2005, p. 15).

O gráfico abaixo apresenta os recursos adquiridos por meio de projetos junto ao Governo Federal, na linha de infraestrutura e serviços do PRONAF.

Gráfico 1 - Volume de recursos do PRONAF por aluno de captação (2009 - 2018).



Fonte: Elaborada pelo autor com dados coletados na pesquisa (2020).

Nota-se por meio desse gráfico que os anos 2010, 2012 e 2015, respectivamente foram os mais promissores para o Território Vale do Sambito, tendo sido adquiridos nessa época R\$:1.140.000,00, mais da metade de todos os recursos período analisado.

4.7 Ações realizadas pelo CTDSVS

Resumiu-se no quadro 2 as principais constatações feitas nas atas no que tange às ações realizadas pelo Conselho. Elas foram agrupadas por áreas do conhecimento e por ano de realização. Assim obtivemos um grupo de sete áreas do conhecimento e o ano de realização das ações (gestão, educação, segurança pública, gestão social, meio ambiente, saúde e economia).

No campo da gestão social foram realizadas amplas discussões sobre temáticas diversas objetivando disseminar as estratégias das políticas de desenvolvimento territorial promovidas por meio dos Conselhos; foram realizadas eleições abertas a participação de quaisquer interessados, apresentando possibilidades de renovação dos representantes do colegiado. Também foram promovidos intercâmbios com outros estados, foi o caso do Estado da Bahia, compartilhando experiências e conhecimentos; formam-se comissões para representar o Conselho e formação de comissão para debater em audiência pública com o governador do Estado na definição das pautas (saúde, segurança pública e agricultura).

Dessa forma, os Conselhos Territoriais funcionam como “pontes” que interligam interesses sociais e a atuação do Estado. Nesse sentido, a participação da sociedade civil organizada deve ser entendida como uma intervenção política positiva, capaz de fortalecer a cidadania, possibilitando à sociedade a oportunidade de participar diretamente da tomada de decisões, por isso, a importância das assembleias. Pode-se acompanhar o recebimento e o gasto dos recursos públicos direcionados ao seu respectivo município, além de poder exigir uma qualidade de vida digna de um cidadão.

Na educação foram promovidas palestras (todos pela educação, reflexões sobre talentos e solidariedade), oficinas com temáticas de evasão e repetição escolar. Foi buscado, junto ao Instituto Federal de Educação do Piauí, definir cotas e pactuar cursos voltados para a realidade de cada município pelo programa PRONATEC Campo. Buscou-se ampliar a oferta de educação de nível superior por meio da mobilização da sociedade em prol da criação de um *campus* da UESPI na cidade de Valença do Piauí, onde já funciona um núcleo desta universidade.

No que se refere ao meio ambiente, buscaram-se alternativas para a formação de consórcios públicos para tratar dos resíduos sólidos, criação de duas associações de catadores e de uma cooperativa de reciclagem, por meio de promoção de palestra a respeito dos

normativos que regulam a saúde preventiva e neles contempla o saneamento e o tratamento de resíduos sólidos. Dessas discussões foi elaborado um plano para o meio ambiente que abrange sete¹² das 15 cidades do território, sendo que as cidades de Inhuma e Ipiranga já formaram consórcios públicos para tratar os resíduos sólidos.

Como forma de dinamizar a economia local, aumentar os cuidados fitossanitários e melhorar a qualidade dos produtos oriundos da agricultura familiar da região, foram empenhados esforços para criação de um selo de inspeção animal e vegetal para o território, o que já está em fase de implementação nas cidades de Inhuma e Ipiranga.

Outra ação muito exaltada durante as entrevistas foram as feiras territoriais e as municipais. As primeiras acontecem anualmente em um dos municípios do Território, semana em que se comemora o dia da agricultura familiar (28 de julho), as últimas são realizadas mensalmente em um dos municípios do Território. A iniciativa das feiras territoriais surgiu em 2014 e até 2018 já tinham sido realizadas cinco; a das feiras municipais foi em 2018 e já se realizaram 10 feiras. Como a iniciativa desses eventos é recente, ainda não contemplou todas as 15 cidades que compõem o território. Essa iniciativa tem dado muita visibilidade ao Conselho e tem sido vista como uma importante ação no fortalecimento da economia local e na mobilização social. Seu financiamento é feito por meio de parcerias entre o Governo do Estado, e vários órgãos e instituições públicas e privadas.

Quadro 2 - Resumo das ações realizada pelo Conselho (2009 – 2018).

Ano	Ações	Área
2009	Discussão sobre apolítica territorial, papel do CTDS e seus normativos.	Gestão Social
2009	Palestra compromisso de todos pela educação.	Educação
2009	Palestra sobre violência contra a mulher.	Segurança
2010	Reflexões de abertura sobre talentos e solidariedade.	Educação
2010	Construção de bando de projetos.	Gestão pública
2010	Construção de plano de desenvolvimento sustentável.	Gestão pública
2010	Inadimplência na execução de projetos.	Gestão pública
2011	Eleições para compor o CTDSVS, renovar mandatos.	Gestão social
2011	Debates e intercambio com o Estado da Bahia na área da gestão.	Gestão social

¹² Inhuma do Piauí, Ipiranga, Francinópolis, Barra D'Alcântara, Pimenteiras, Aroazes e Várzea Grande

(continuação).

Ano	Ações	Área
2011	Formação de comissão para acompanhar projetos em execução.	Gestão social
2011	Exigências e questionamento de falta de nota fiscal	Gestão social
2011	Apresentação, discussão e votação (caráter democrático das decisões).	Gestão social
2011	Visita a escola agrícola para acompanhar reforma	Gestão social
2012	Apresentação de temas de interesse do território, programa Brasil sem Miséria, Conferência Nacional de desenvolvimento regional.	Gestão social
2012	Formação de grupos temáticos para discutir assuntos diversos.	Gestão social
2012	Realização de oficinas nas áreas de evasão e repetição escolar, combate a violência e as drogas e tratamento de resíduos sólidos.	Segurança pública
2013	Aprovação de fundo para manutenção do Conselho.	Gestão pública
2013	Discussão sobre formação de consórcios e de um plano para o meio ambiente (tratamento de resíduos sólidos). Com palestra a respeito dos normativos que regulam a saúde preventiva e neles contempla o saneamento e o tratamento de resíduos sólidos. Foi definida a elaboração de um plano para o meio ambiente.	Gestão/meio ambiente
2013	O município de Ipiranga sedia a 31ª semana da juventude tendo na ocasião palestras e atrações musicais.	Gestão social
2014	Discussão a respeito da situação da Hospital Regional de Valença com representantes da SESAPI/7ª coordenação de saúde/FUNASA, ficando definido uma audiência pública com o Governador Wellington Dias.	Saúde
2014	Discussão a respeito do PRONATEC Campo a respeito de cotas e pactuação de cursos voltados para cada município.	Educação
2014	Debates para criação de um selo de inspeção territorial de produtos de origem animal e vegetal.	Gestão pública

(continuação)

Ano	Ações	Área
2014	Homenagem às mulheres e entrega de buque de rosas.	Inclusão
2014	Conflito de disputa de poder entre Conselho e gestores municipais. Os gestores acham que o Conselho está querendo ocupar o poder deles.	Gestão pública
2014	Definição da realização da primeira Feira da Agricultura Familiar.	Gestão pública
2015	Formação de comissão para debater na audiência com o governador e definição das pautas (saúde, segurança pública e agricultura).	Gestão social
2015	Discussão sobre a necessidade de construção de cisternas junto e recuperação de açudes à CODEVASF.	Gestão pública
2015	Discussão em torno da transformação do Núcleo UESPI em Valença pra polo.	Educação
2015	Fiscalização dos polos da Universidades Abertas nos que funcionam nos territórios.	Educação
2016	Retomada a questão do tratamento dos resíduos sólidos, a criação de duas associações de catadores e de uma cooperativa para reciclagem de materiais sólidos.	Meio ambiente
2017	Retomada das discussões a respeito dos resíduos sólidos, começando com um trabalho de conscientização nas escolas.	Meio ambiente
2017	Mobilização para o processo de renovação dos membros do Conselho e divulgação e esclarecimentos a respeito dele.	Gestão social
2018	Realização de feira da agricultura familiar.	Economia
2018	Retomada da questão da criação do selo de inspeção territorial.	Economia
2018	Discussão de ações para reativação do SESC/SENAC em Valença do Piauí.	Gestão

Fonte: Atas analisadas na pesquisa (2020).

De fato, o Conselho entendeu a estratégia dessa nova política de desenvolvimento que contempla o território como local onde se estabelecem as interações e por meio delas são geradas sinergias, não só entendeu como também implementou essa política no Estado e assumiu o protagonismo por meio da realização de várias ações de fomento ao desenvolvimento regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo realizado, constatou-se que a atuação do CTVS proporcionou avanços para a região, ao mesmo tempo apresentou desafios a serem superados, como maior efetividade na participação dos conselheiros e falta de recursos para implementar a política desenvolvimento no território, pois o orçamento do estado ainda continua centralizado nas mãos do Governo do Estado, uma vez que apenas o planejamento foi regionalizado, mas o orçamento não foi.

No que se refere à visibilidade e ao reconhecimento junto à sociedade e ao Estado, o CTDSVS promoveu articulações com setores estratégicos de vários seguimentos, estabeleceu parcerias com instituições públicas e privadas, realizou audiências públicas, isso proporcionou ampla visibilidade e reconhecimento do colegiado junto ao estado, a sociedade e a várias instituições.

Mostrou-se também nesse estudo que embora a composição do Conselho seja feita por membros que representam seguimentos diferentes, que nem sempre objetivam as mesmas coisas, foram capazes de gerenciar os conflitos e divergências e “canalizarem” esforços mútuos em direção à democratização das políticas públicas e ao avançarem nas discussões da temática do desenvolvimento territorial para além das fronteiras agrícola.

Verificou-se que o Conselho empreendeu esforços para mobilização da comunidade, socializando e ampliando discussões de temáticas relevantes para a região, tais como saúde, educação, segurança pública, meio ambiente e infraestrutura, inclusive por meio de convite a autoridades da FUNASA, secretários de municípios, diretores de hospitais e autoridades de do Estado.

No tocante às fontes de recursos, constatou-se que a principal fonte de financiamento dos projetos de infraestrutura implementados no território é do Governo Federal, da linha do PRONAF infraestrutura e serviços, não ficando evidenciado qual foi a contrapartida do Governo do Estado nesses projetos. Já as ações realizadas pelo Conselho possuem fontes de financiamento diversas, incluindo prefeituras que compõem o território, instituições parceiras que fazem patrocínio, entre outras. O Conselho recebe um repasse de 17% do salário mínimo de cada uma das 15 prefeituras que compõem o território (R\$ 2.664,75), esse valor se destina a custeio de despesas fixas e de viagens e passagens dos membros do Conselho, mas o repasse nem sempre é realizado, o que dificulta o Conselho realizar suas atribuições.

Constatou-se também que embora o Estado tenha adotado a política de desenvolvimento territorial no Estado, como verificamos por meio da Lei Complementar 87/07, que estabeleceu o planejamento descentralizado para territórios, o orçamento ainda continua centralizado nas

mãos do governo, o que dificulta a implementação das políticas públicas territoriais e a desvinculação do viés político na liberação de recursos orçamentários para beneficiar um território ou outro.

No tocante à gestão, constatou-se que a atual presidente do Conselho está no seu quinto mandato, embora isso não contrarie as normas do Regimento Interno, demonstra falta de alternância no poder, característica importante no sistema democrático, isso pode ser justificado pelas responsabilidades que são assumidas pelo presidente e por essa função não ser remunerada o trabalho que dá assumir essa função, e além dessa função não ser remunerada, traz muitas atribuições e responsabilidades a quem assume.

Portanto, o presente estudo se apresenta como uma singela colaboração para reflexões e discussões futuras sobre aspectos considerados imprescindíveis para a compreensão da política de desenvolvimento territorial voltada para o âmbito rural do Estado do Piauí.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R. N.; KECK, M. E. Muddy Waters: Decentralization, Coordination and Power Struggle in the Brazilian Water Management Reform. **International Journal for Urban and Regional Research**, v. 30, n. 3, pp. 601-622, 2006.
- ABERS, R. N.; KECK, M. E. Representando a diversidade: estados e “relações fecundas” nos conselhos gestores. **Caderno CRH**. Salvador. v. 21, p. 112, jan/abr. 2008.
- ABRAMOVAY, R. **O Futuro das Populações Rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- AGRA, N. G.; SANTOS, R. F. Agricultura brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. **Anais do XXXIX Congresso da Sociedade brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Recife, 2001.
- AJARA, C. **As difíceis vias para o desenvolvimento sustentável: gestão descentralizada do território e zoneamento ecológico-econômico**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.
- ALVES, R. M. Dilemas e perspectivas da construção local e territorial do desenvolvimento sustentável e solidário. *In*: MACEDO, M; PRAZERES, M A. B. (Orgs.). **Democracia, transparência e desenvolvimento sustentável**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2007.
- ATLAS TERRITÓRIOS RURAIS. 2004. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em: 12 nov. 2019.
- AVRITZER, L. **A dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.
- AVRITZER, L. **A participação social no Nordeste**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- AVRITZER, L. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova**, CEDEC, n: 39, 1997.
- AVRITZER, L. Orçamento Participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. *In*: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AVRITZER, L. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. *In*: PIRES, R. R. C. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, v. 7, 2011. (Diálogos para o desenvolvimento).
- AQUINO, J. N; SILVA, M. J. P. Desenvolvimento Territorial e Participação Social em Políticas Públicas: O Caso do Conselho Territorial do Alto Acre e Capixaba – CTAC. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade** – Brasília, v. 1, n. 1, p. 170-192, dez. 2015.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo** – 3ª Ed. Lisboa: Ed. 70, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de L. de A. Rego & A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977), 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581. Acesso em: 25 nov. 2018.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CAMERON, M. A.; HERSHBERG, E.; SHARPE, K. E. (Coords.). **Nuevas instituciones de democracia participativa en América Latina: la voz y sus consecuencias**. México: Flacso, 2012.

CARDOSO, B. L. D. Desenvolvimento Territorial Sustentável: estudo comparativo de indicadores do sistema de gestão estratégica em territórios rurais do Rio Grande do Norte. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, FACECLA. Campo Largo – PR, Brasil, v. 13, n. 1, p. 39-55, jan./abr. 2014.

CEPRO – FUNDAÇÃO CEPRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. **Identificação das Potencialidades Econômicas e Áreas Carentes de Qualificação de Mão-de-Obra no Estado do Piauí**. Relatório Final, 2007.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COELHO, V. S. R. P. Conselhos de saúde enquanto instituições políticas: o que está faltando? *In*: COELHO, SCHATTAN e NOBRE (eds.). **Participação e Deliberação**. São Paulo: 34Letras, 2004.

CORRÊA, V. P. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 3, IPEA, 2009.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. **Estatística**. São Paulo: Edgar Blücher, 1977.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed., L. de O. Rocha, Trad. Porto Alegre: Artmed. (Obra original publicada em 2003), 2007.

CUNHA, E. S. M. **Aprofundando a Democracia: o potencial dos Conselhos de Políticas e Orçamentos Participativos**. 2004. Dissertação de mestrado. Departamento de Ciência Política, UFMG, Belo Horizonte, 2004.

DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. *In*: DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI. **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Campinas: Paz e Terra; Ed. da Unicamp, 2006.

DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. *In*: DAGNINO, E. (Org.). **Os Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina (2004) “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” *In*: Daniel Mato (Org.). Políticas de cidadania e sociedade civil em tempos de globalização. Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela, pp. 95-110.

DALLARI, D. de A. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

DELLAGNELO, E. H. L.; SILVA, R. C. Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração. *In*: VIEIRA, M. M. F.; ZOVAIN, D. M. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. São Paulo: FGV, 2005.

DELGADO, N.; LEITE, S. P. Atualização das políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. *In*: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. Brasília, DF: IICA, 2013. p. 125-148. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 19). Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRSvol-19.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2019.

DIAS, M. M.; FREITAS, A. F. Desenvolvimento rural, enfoque territorial e inovações recentes nas políticas públicas brasileiras. *In*: FERREIRA NETO, J. A.; EINLOFT, C. J.; GONÇALVES, R. L. **Desenvolvimento rural, sustentabilidade e ordenamento territorial**. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2011.

FAVARETO, A.; LOTTA, G. **Inovações institucionais nas políticas para o desenvolvimento territorial em três estados brasileiros**. Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 3, set./dez. 2017.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Tradução de J. E. Costa. São Paulo: Artmed. (Obra original publicada em 1995), 2009.

FUNG, A.; WRIGHT, E. O. (eds.). **Deepening democracy: institutional innovation in empowered participatory governance**. London: Verso, 2003.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial. **Administração Pública e Gestão Social**. v. 4, n. 1, p. 76-100, 2012.

GUANZIROLLI, C. E. **Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil**. Niterói: Faculdade de Economia, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Brasil em desenvolvimento 2010: estado, planejamento e políticas públicas**. Governo Federal. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, v. 3, capítulo 21, 2010.

- LAVALLE, A. G. Participação: valor, utilidade, efeitos e causas. *In*: PIRES, R. R. C. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011.
- LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 60, pp. 43-66, 2006.
- GURZA LAVALLE, A.; ISUNZA VERA, E. A. Trama da crítica democrática: da participação à representação e à *accountability*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 95-139, 2011.
- HUNTINGTON, S. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.
- LEITE, S. P. *et al.* Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. *In*: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Articulação de políticas públicas e atores sociais**. Brasília, DF: IICA, 2008. p. 69-169. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 8). Disponível em: <http://repiica.iica.int/docs/B0708p/b0708p.PDF>. Acesso em: 09 nov. 2019.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal: origens e evolução**. Rio de Janeiro: Zahar, (1978 [1977]).
- MDA/SDT. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Abordagem territorial**, 13 de out. 2005. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em: 12 nov. 2019.
- MALUF, R. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. *In*: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.
- MARQUES, F. P. J. A. Participação, instituições políticas e Internet: um exame dos canais participativos nos portais da Câmara e da Presidência do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação Intercom**. São Paulo, v. 33, n. 1, p. 53-79, jan./jul. 2010.
- MATTEI, L. Pobreza e Política de Desenvolvimento Territorial: Noções, Metodologias de Mensuração e Estratégias de Enfrentamento do Problema. *In*: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013, v.19, p. 89-124.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Guia para o Planejamento**. Brasília, 2005.
- MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. **Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios**. RAC: Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.

MIGUEL, L. F. Impasses da *accountability*: dilemas e alternativas da representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 165-178, 2005.

MIGUEL, L. F. Resgatar a participação democrática participativa e representação política no debate contemporâneo. **10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro de 2016.

OLIVEIRA, R. B. **Pobreza**: conceitos e mensuração. Produto 2 - Documento técnico contendo um mapeamento dos principais conceitos e metodologias para mensuração da pobreza. Campinas: IICA, 2011a.

OLIVEIRA, L. Z. et al. Ações da política de desenvolvimento territorial para superar a pobreza rural: estudo de caso no território Meio Oeste Contestado (SC). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 11, n. 1. , Taubaté, SP, p. 323-348, jan-abr/2015.

ORTEGA, A. C. **Desenvolvimento territorial rural no Brasil**: limites e potencialidades dos CONSADs. RER, Rio de Janeiro, v. 45, n. 02, p. 275-300, abr./jun. 2007.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos**. São Paulo: Alínea; Minas Gerais: Edufu, 2008.

ORTEGA, A.; CARDOSO, A. Potencialidades e limites de uma política de desenvolvimento local: o Pronaf à luz do Leader. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 40, n. 2, abr./jun. 2002.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Antonio Kevan Brandão. Teoria política e pensamento político brasileiro - normatividade e história Teoria democrática contemporânea: o conceito de Poliarquia na obra de Robert Dahl. **38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS GT39**. Minas Gerais, 2014.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Identidade e território no Brasil / Rafael Echeverry Perico. Tradução de Maria Verônica Moraes Souto. – Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DO PIAUÍ (PIAUÍ 2050). **Macrotendências de investimento produtivo e em infraestrutura nos segmentos estratégicos Produto 2**. Diagonal Transformação de Territórios, 2013.

PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, março de 2003.

PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO, **Cenários Regionais do Piauí, Governo do Estado do Piauí: Secretaria do Planejamento**. Unidade de Apoio ao Planejamento Municipal em outubro de 2003: Disponível in.: <<http://www.seplan.pi.gov.br/uapr/projetoCenariosRegionaisPiaui.PDF>>. Acesso em: 01 de abril de 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REFERÊNCIAS PARA UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL. *In: Série Documentos Institucionais n. 01 - SDT*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; março de 2005.

RENNÓ, L. R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, p. 71-82, nov. 2003.

ROCHA, M. R. T.; FILIPPI, E. E. Política para o desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil: propostas e fundamentos. **Anais do VI Seminário Internacional de Desarrollo Rural - Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**, 2007, Bogotá, Colômbia, 2008.

ROCHA, J. C. A participação popular na gestão pública no Brasil. **Revista Jus Navigandi**: Teresina, ano 16, n. 2886, 27 maio 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/19205>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SÁ E SILVA, F.; LOPEZ, F.; PIRES, R. A democracia no desenvolvimento e o desenvolvimento da democracia. *In: SÁ E SILVA, F.; LOPEZ, F.; PIRES, R. (Orgs.). Estado, Instituições e Democracia: democracia*. Brasília: Ipea, 2010.

SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático em Boaventura de Souza Santos (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, R. W. P; TUBALDINI, M. A. S; ARAÚJO, L. L; **Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil Territorial**. VIII SOBER Nordeste Pluralidades Econômicas, Sociais e Ambientais: Interações para Reinventar o Nordeste Rural Parnaíba-PI. Parnaíba, novembro de 2013.

SARTORI, G. A teoria da representação no Estado Representativo moderno. *In: Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Minas Gerais, 1962.

SCHMIDT, D. L. **O movimento social e o governo Lula: uso de instrumentos democráticos – avanços e desafios**. Brasília: Mimeo, nov., 2006.

Sessão ordinário do Conselho Territorial de Desenvolvimento Sustentável Vale do Sambito. 2009 -2018, Território Vale do Sambito, **ATA**, Vale do Sambito.

SELEE, A.; PERUZZOTTI, H. Participatory innovation and representative democracy in Latin America. *In: PERUZZOTTI, H.; SELEE, A. (eds.). Participatory innovation and representative democracy in Latin America*. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2009.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPLAN/PIAUI. **Lei Complementar Nº 6.967 de 03/04/2017**. Altera a Lei Complementar n 87, de 22 de agosto de 2007, que Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências, 2017

SEPLAN. Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí. **Lei Complementar de nº 87 de 22/08/2007**. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Disponível em: <http://www.seplan.pi.gov.br/ppt.php>. Acesso em: 30 nov. 2019.

SILVA, S. P. Considerações analíticas e operacionais sobre a abordagem territorial em políticas públicas. *In*: BOUERI, R.; COSTA, M. A. (Ed.). **Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília, DF: Ipea, 2013. cap. 3, p. 89-116. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_desenvolvimento2013_vol01.pdf. Acesso em: 09 nov. 2019.

SILVA, S. P. A Abordagem Territorial no planejamento de Políticas Públicas e os desafios para uma nova relação entre Estado e sociedade no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 17, n. 60, jan./jun. 2012.

SOUSA, M. I. Cidadania, participação política e as possibilidades da deliberação online. **Portal de Conferências da UNB**. IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã. Distrito Federal. 2013

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, p. 88-125. jan/jun 2004.

STEVENSON, W. J. **Estatística Aplicada à Administração**. São Paulo: Harbra, 1981.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. *In*: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TATAGIBA, L. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, p. 209-213, nov. 2005.

TAVARES, R. Articulação Territórios Piauí. **Conferência proferida na X Reunião do Fórum de Gestores Estaduais Responsáveis pelas Políticas de Apoio à Agricultura Familiar no Nordeste e em Minas Gerais**. Recife, 2017.

APÊNDICES

Apêndice A – Carta de autorização

CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL VALE DO SAMBITO.
SECRETARIA EXECUTIVA DO TERRITÓRIO VALE DO SAMBITO.

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, **Lidiane Maria Vieira Veloso**, na qualidade de presidente do **Conselho Territorial de Desenvolvimento Sustentável Vale do Sambito**, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO NO PIAUÍ: O CASO DO VALE DO SAMBITO sob responsabilidade do pesquisador **ANTÔNIO ATENILDORUFINO DA SILVA**, com os membros do Conselho em local a ser combinado previamente entre o pesquisador e os conselheiros/as a serem pesquisados.

Valença do Piauí-PI, 10 de setembro de 2019.

Lidiane Maria Vieira Veloso.

LIDIANE MARIA VIEIRA VELOSO
PRESIDENTE DO CTDS-VALE DO SAMBITO
CPF: 784.722.373-20 / RG: 1.727.129 SSP-PI
LIDIANESAMBITO@GMAIL.COM
(89) 9 9457-6065 / (86) 9 9909-4047 ZAP

Rua Marcos Parente, nº 722 Centro, Inhuma-PI, CEP: 64.535-000
CNPJ: 18.411.029/0001-21 / e-mail: sambito2403@gmail.com / lidianesambito@gmail.com
Tel.: (89) 99457-6065 / (86) 99909-4047

Apêndice B – Parecer do Comitê de Ética Pública(Plataforma Brasil).



UFPI - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS
MINISTRO PETRÔNIO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Participação Social nas Políticas de desenvolvimento no Piauí: o caso do vale do Sambito.

Pesquisador: ANTONIO ATENILDE RUFINO DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 21468919.7.0000.5214

Instituição Proponente: Universidade Federal do Piauí - UFPI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.739.297

Apresentação do Projeto:

As seguintes informações, abaixo listadas partem do documento "projetodepesquisa.docx", bem como das informações básicas de pesquisa (no arquivo "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1358498.pdf"), constantes desta submissão:

Resumo: "A presente investigação trata de um estudo de caso a ser realizado no Conselho de Desenvolvimento Sustentável Vale do Sambito. Trata da participação da população local no processo de implementação e no desenvolvimento de políticas públicas territoriais".

Metodologia:

"A presente investigação é do tipo documental, descritiva, e exploratória com pesquisa de campo e abordagem qualitativa, em que se analisará principalmente as Atas das assembleias, relatórios e projetos e será utilizada como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Também serão feitos levantamentos bibliográficos nos sítios eletrônicos de órgãos oficiais, tais como IBGE, CEPRO e SEPLAN/PI, Capes e outras fontes de informações disponíveis sobre da temática proposta. É importante ressaltar que o conselho territorial em estudo possui em composição membros pertencentes ao estado, à sociedade civil e à organizações não governamentais. Logo, participarão como interlocutores da pesquisa uma amostra de 12 dos 62 representantes titulares do conselho. O critério de escolha da amostra foi intencional, de forma que contemplasse representantes dos três segmentos que compõem os conselhos, distribuídos de forma representativa entre os aglomerados mais

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella.

Bairro: Ininga

CEP: 64.049-550

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3237-2332

Fax: (86)3237-2332

E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 3.739.297

populosos, contemplando metade dos membros mais antigos e a outra metade entre os membros mais novos no conselho. Esse projeto de pesquisa será submetido à Plataforma Brasil, atendendo, assim, aos requisitos da Resolução no 466/2012 (BRASIL, 2012): garantia do anonimato, o direito dos sujeitos se desligarem, a qualquer momento da pesquisa sem risco de penalidade ou prejuízos. A análise dos dados dessa pesquisa será feita com base na análise de conteúdo de Bardin (2004) que a define como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza objetivos de descrição do conteúdo das mensagens e procedimentos sistemáticos. Para a autora, as etapas do método são três, a saber: pré-análise, exploração do material, e tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação). Após a coleta dos dados, os conteúdos das gravações serão transcritos e submetidos a várias leituras flutuantes. Tal etapa, segundo Bardin (2004), é uma pré-análise das etapas, na qual versa um contato com os documentos deixando-se invadir por impressões, na medida em que a leitura vai se tornando mais precisa e o fenômeno aos poucos desvelado. Em seguida, os dados passarão para a análise propriamente dita utilizando o software NVIVO ou similar, sendo a exploração do material, no qual consiste basicamente na categorização, que é agrupar os elementos (as falas dos sujeitos) com o que cada um tem em comum com os outros, sendo composta de duas etapas: a primeira, o inventário, que consiste em isolar os elementos e a segunda, a classificação, que é o momento de repartir os elementos, e assim, procurar ou impor organização às falas. Por último, ocorrerá o tratamento dos resultados e a interpretação que envolverá síntese e seleção dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2004). Deste modo, os dados serão integrados em unidades de registro e de contexto permitindo uma exposição exata das características pertinentes, no qual serão discutidos e analisados a partir da técnica de análise categorial, que conforme Bardin (2004) trabalha com operações de divisão do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos"

Hipótese: "Partimos da hipótese de que é possível promover desenvolvimento territorial em nível local e regional por meio da participação da população da região na escolha e na geração de políticas conjuntamente com os poderes públicos".

Os critérios de inclusão e de exclusão não foram explicitados.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral:

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella.
Bairro: Ininga **CEP:** 64.049-550
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)3237-2332 **Fax:** (86)3237-2332 **E-mail:** cep.ufpi@ufpi.edu.br



Continuação do Parecer: 3.739.297

"Analisar a implementação de políticas públicas de desenvolvimento territorial pelo Conselho Territorial Vale do Sambito desde sua fundação até o final do ano 2018".

Objetivos específicos:

" Descrever o processo de surgimento e de estruturação da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado do Piauí, mais especificamente, do Vale do Sambito;

Caracterizar os instrumentos de gestão/participação na Política de Desenvolvimento Territorial no Vale do Sambito;

Analisar as ações desempenhadas pelo Conselho Territorial Vale do Sambito.

Analisar como as propostas de ações são debatidas e deliberadas nas instância participativas locais.

Identificar os indicadores de desenvolvimento da política territorial do Vale do Sambito".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Assim se descrevem os riscos de pesquisa:

"A participação nesta pesquisa poderá trazer como risco mínimos de constrangimento ou desconforto ao expor determinadas informações. Além disso, pode também apresentar o risco físico de cansaço ou fadiga, para evitar ou diminuir o risco de constrangimento, a entrevista será realizada apenas entre o entrevistado e o pesquisador em um local que possa garantir a privacidade do entrevistado. Para evitar ou reduzir o risco físico, o

espaço onde será realizada a entrevista, além de garantir a privacidade deverá ser ventilado e possuir cadeira para que o entrevistado fique mais confortável. Caso ocorra o cansaço ou a fadiga, será oferecido um momento para que o entrevistado possa descansar. Se desejar, será oferecida a opção de continuar a entrevista em um outro momento, caso queria continuar com a pesquisa. Não haverá nenhum tipo de despesas para o entrevistado durante a participação na pesquisa. O entrevistado tem direito à indenização caso ocorra dano decorrente de sua participação na pesquisa, por parte do pesquisador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa. Reitero que será assegurado o anonimato dos entrevistados e do teor das suas respostas".

Assim se descrevem os benefícios de pesquisa:

"A pesquisa não trará benefícios diretos aos entrevistados. Os participantes terão como benefício a possibilidade de contribuir com a melhoria na geração de conhecimentos a respeito das políticas públicas de desenvolvimento regional, uma vez que esse estudo pode favorecer o entendimento

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella.

Bairro: Ininga

CEP: 64.049-550

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3237-2332

Fax: (86)3237-2332

E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br



UFPI - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS
MINISTRO PETRÔNIO



Continuação do Parecer: 3.739.297

do perfil da região, além de contribuir para a obtenção de dados relevantes sobre o tema, uma vez que possibilitará o dimensionamento das características e necessidades dessa localidade, bem como o planejamento de ações voltadas para uma assistência rural baseado na necessidade e características da região em estudos, território vale do Sambito".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto se mostra relevante à compreensão das políticas públicas de desenvolvimento territorial no estado do Piauí, mediante o estudo de caso a ser desenvolvido, por este projeto, acerca do Conselho Territorial Vale do Sambito.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em princípio, todos os termos obrigatórios foram anexados à submissão. Ao observar os termos, em comparação ao primeiro parecer, se constata que:

- o cronograma de pesquisa fora retificado, tanto no documento específico quanto no projeto de pesquisa;
- há a inclusão de um roteiro de entrevistas, previsto na metodologia (conforme arquivo "projetodepesquisa.docx");
- o termo de consentimento (no arquivo "TermodeConsentimento.pdf") solicita CPF da(o) participante de pesquisa;
- as pendências na carta de encaminhamento estão corrigidas.

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto se encontra apto a aprovação.

Em atendimento as Resoluções CNS nº 466/2012, cabe ao pesquisador responsável pelo presente estudo elaborar e apresentar ao CEP RELATÓRIOS PARCIAIS (semestrais) e FINAL. Os relatórios compreendem meio de acompanhamento pelos CEP, assim como outras estratégias de monitoramento, de acordo com o risco inerente à pesquisa. O relatório deve ser enviado pela Plataforma Brasil em forma de "notificação". Os modelos de relatórios que devem ser utilizados encontram-se disponíveis na homepage do CEP/UFPI (<https://www.ufpi.br>)

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella.

Bairro: Ininga

CEP: 64.049-550

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3237-2332

Fax: (86)3237-2332

E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br



**UFPI - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS
MINISTRO PETRÔNIO**



Continuação do Parecer: 3.739.297

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1358498.pdf	08/11/2019 16:47:57		Aceito
Outros	cartadeencaminhamentonova_1.pdf	08/11/2019 16:45:46	ANTONIO ATENILDE RUFINO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeConsentimentoretificado.pdf	08/11/2019 16:42:51	ANTONIO ATENILDE RUFINO DA SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMADEATIVIDADESRETIFICADO.pdf	08/11/2019 16:38:59	ANTONIO ATENILDE RUFINO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodepesquisaretificado.pdf	08/11/2019 16:36:10	ANTONIO ATENILDE RUFINO DA SILVA	Aceito
Outros	cartaencaminhamentodigit.pdf	20/09/2019 10:16:43	ANTONIO ATENILDE RUFINO	Aceito
Orçamento	orcamentodetalhado.pdf	19/09/2019 17:51:25	ANTONIO ATENILDE RUFINO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoassinada.pdf	15/09/2019 23:58:57	ANTONIO ATENILDE RUFINO	Aceito
Outros	CurriculolattesVitorSandes.pdf	10/09/2019 16:32:48	ANTONIO ATENILDE RUFINO	Aceito
Outros	Curriculolattes.pdf	10/09/2019 16:05:49	ANTONIO ATENILDE RUFINO	Aceito
Outros	RoteirodeEntrevsita.docx	10/09/2019 16:01:13	ANTONIO ATENILDE RUFINO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Delaracaopesquisador.pdf	10/09/2019 15:57:29	ANTONIO ATENILDE RUFINO	Aceito
Outros	Cartadeautorizacao.pdf	10/09/2019 15:54:53	ANTONIO ATENILDE RUFINO	Aceito
Outros	TermodeConfidencialidade.pdf	10/09/2019 15:37:14	ANTONIO ATENILDE RUFINO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella.

Bairro: Ininga

CEP: 64.049-550

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3237-2332

Fax: (86)3237-2332

E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br



UFPI - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS
MINISTRO PETRÔNIO



Continuação do Parecer: 3.739.297

TERESINA, 02 de Dezembro de 2019

Assinado por:
KATIA BONFIM LEITE DE MOURA SERVULO
(Coordenador(a))

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella.

Bairro: Ininga

CEP: 64.049-550

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3237-2332

Fax: (86)3237-2332

E-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br

Apêndice C – CNPJ e Certidões

Comprovante de Inscrição e de Situação do Cadastral contribuinte.

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 18.411.029/0001-21 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/06/2013
NOME EMPRESARIAL CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AVEL VALE DO AMBITO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CTDS		
CÓDIGO DE REGISTRO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 01.ã1.ô•00 • Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente		
CÓDIGO DE REGISTRO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 02.30•8•00 - atividades de apoio à produção		
CÓDIGO DE REGISTRO DA NATUREZA JURÍDICA		
LOGOTIPO RUA ARCOS PARENTE	COMPLEMENTO	
CEP 64.535-000	BAIRRO/DISTRITO URBANO	MUNICÍPIO INHUMA
		UF PI
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (64) 0467 6W5 / (00) 90Z2-7006	
ENTIDADE FEDERATIVA REGIONAL		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DE INSCRIÇÃO 10/06/2013	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 20/04/2017 às 13:40:06 fdata e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 20/04/2017

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****IFtOCFIÇao** t 1841L029/000 121**Razão Social** : CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL VALE DO SAMBITO**Nome Fantasia** : **CDTS****Endereço** : RUA NARCOS PARENTE 722 / URBANO / JNHUNA / PI / 64535-000

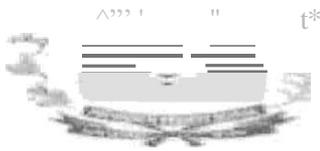
A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/05/2016 a 09/06/2016**Certificação Número:** 2016051109285919998009

Informação obtida em 11/05/2016, às 15 : 03:30.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA

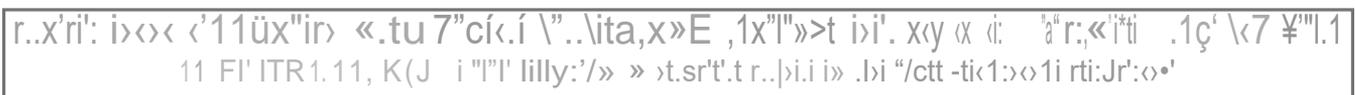
CERTIDÃO DE SITUAÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA
de Pessoa Física

RAZÃO SOCIAL: CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL VALE DO SAMBITO			
ENDEREÇO: RUA NARCOS PARENTE 722 / URBANO / JINHUNA / PI / 64535-000			BAIRRO: URBANO DISTrito: JINHUNA
MUNICÍPIO	CEP	PONE(S) Nº	PAX Nº
CPF/CNPJ (Nº) 18.411.029/0001-21		INSCRIÇÃO ESTADUAL *****	
<p>Ressalvado o direito de a Fazenda Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, certifica-se que o mesmo encontra-se em SITUAÇÃO FISCAL REGULAR.</p>			

Certidão emitida com base na Portaria GSF nº 106/06, de 12 de abril de 2006.
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Validade deste documento: 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 11/05/2016, às 09:30:16

VÁLIDA ATÉ 10/07/2016



Chave para Autenticação: 69Fi AE8B•58C3 -ES E8-30DD-C 13 D-AF4C-5 REF



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL VALE DO SAMBITO

(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 18.411.029/0001-21

Certidão n': 47277221/ 016

Expedição: 11/05/2016, Ús 09:30:42

Validado: 06/11/2016 - 16h00 (contado o oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL VALE DO SAMBITO (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n' 18.411.029/0001-21, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n' 12.440, de 12 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n' 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e são atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho (a Internet (<http://www.dst.jus.br>)).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas responsáveis perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações trabalhistas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no que concerne aos recolhimentos previdenciários, honorários, custas, emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Privada.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
 Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
 Departamento de Emprego e Salário
 Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS RECIBO DE ENTREGA DA RAIS

ANO-BASE 2015

Identificação do Estabelecimento

CREA	15.047.000-1/0001		
Razão Social	CONSELHO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
CNPJ	15.047.000-1/0001-99		
CEI Vinculado			
CNAE	85.99-0-99 - ATIVIDADES DE APOIO A AGRICULTURA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE		
Endereço	RUA MAXIMILIANO DE ALMEIDA, 100	Bairro	CENTRO
Cidade/UF	TERESINA / PI	CEP	64000-000

Declaração entregue

Data da Recepção	20/02/2016	Total de vínculos	Sem vínculos
Código de Identificação do Recibo	214.8927.3937.189.05		

Coordenação da RAIS

Brasília, 29/04/2016

ANEXOS

Anexo A – Termo de confidencialidade**TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

Título do projeto: Participação social nas políticas de desenvolvimento no Piauí: o caso do Vale do Sambito

Pesquisador responsável: ANTONIO ATENILDE RUFINO DA SILVA

Instituição/Departamento: Conselho de desenvolvimento sustentável Vale do Sambito

Telefone para contato: (89) 99457 – 6065, (89) 99922 – 7906

Local da coleta de dados: Rua Marcos Parente, 722, bairro Urano Ipiranga - PI.

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados por meio de: gravação e/ou filmagem, análise de documentos do Conselho de desenvolvimento sustentável Vale do Sambito. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto de pesquisa.

As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no (a) na posse do senhor pesquisador por um período de até 5 anos sob a responsabilidade do (a) Sr. ANTONIO ATENILDE RUFINO DA SILVA, após este período, os dados serão destruídos.

Teresina, 09 de setembro de 2019.

ANTONIO ATENILDE RUFINO DA SILVA
793.990.533-34
Pesquisador Responsável

VITOR EDUARDO VERAS DE SANDES FREITAS
CPF: 013.284.623-13
Pesquisador assistente

Anexo B - Ficha de identificação do interlocutor da pesquisa**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO INTERLOCUTOR DA PESQUISA**

1) **Nome:** _____

2) **Idade:** _____

3) **Função:** _____

4) **Município:** _____

5) **Entidade que representa:** _____

6) **Tempo no Conselho:** _____

Anexo C – Termo livre e esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título do projeto: Participação social nas políticas de desenvolvimento no Piauí: o caso do Vale do Sambito

Pesquisador responsável: ANTONIO ATENILDE RUFINO DA SILVA

Instituição/Departamento: Programa de Pós-graduação em Gestão Pública - PPGP

E-mail para contato: atenilde.silva@ifpi.edu.br

Telefone para contato: (86) 98856 2608

O Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visa assegurar seus direitos como participante. Após o consentimento, este documento será rubricado em todas as páginas e assinado ao final pelo pesquisador e pelo Senhor (a), tendo suas páginas numeradas, ficando uma cópia com o senhor (a) e outra com o pesquisador. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento desta pesquisa.

Justificativa: uma vez que há muitas incertezas e desafios na efetividade das ações desempenhas pelos conselhos, faz necessária uma investigação a respeito da sua efetividade, por meio da análise na implementação das políticas públicas locais.

Objetivos: analisar a implementação de políticas públicas de desenvolvimento territorial pelo Conselho Territorial Vale do Sambito do período de sua fundação até dezembro de 2018.

Procedimentos de coleta de dados: será realizada uma entrevista semiestruturada (perguntas abertas) a uma amostra de 12, dentre os 124 membros do Conselho Territorial Vale do Sambito. Essa entrevista será gravada em meios magnéticos para análise dos resultados.

Descrever os riscos da pesquisa para o participante e as formas de contorná-los: A participação nesta pesquisa poderá trazer como risco mínimos de constrangimento ou desconforto ao expor determinadas informações. Além disso, pode também apresentar o risco físico de cansaço ou fadiga, para evitar ou diminuir o risco de constrangimento, a entrevista será realizada apenas entre o entrevistado e o pesquisador em um local que possa garantir a privacidade do entrevistado. Para evitar ou reduzir o risco físico, o espaço onde será realizada a entrevista, além de garantir a privacidade deverá ser ventilado e possuir cadeira para que o entrevistado fique mais confortável. Caso ocorra o cansaço ou a fadiga, será oferecido um momento para que o entrevistado possa descansar. Se desejar, será oferecida a opção de continuar a entrevista em um outro momento, caso queira continuar com a pesquisa. Não haverá nenhum tipo de despesas para o entrevistado durante a participação na pesquisa. O entrevistado tem direito à indenização caso ocorra dano decorrente de sua participação na pesquisa, por parte do pesquisador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa. Reitero que será assegurado o anonimato dos

entrevistados e do teor das suas respostas **Benefícios da pesquisa:** A pesquisa não trará benefícios diretos aos entrevistados. Os participantes terão como benefício a possibilidade de contribuir com a melhoria na geração de conhecimentos a respeito das políticas públicas de desenvolvimento regional, uma vez que esse estudo pode favorecer o entendimento do perfil da região, além de contribuir para a obtenção de dados relevantes sobre o tema, uma vez que possibilitará o dimensionamento das características e necessidades dessa localidade, bem como o planejamento de ações voltadas para uma assistência rural baseado na necessidade e características da região em estudos, território vale do Sambito.

Sigilo e privacidade: as respostas, assim como a identificação dos sujeitos da pesquisa serão mantidas em sigilo, resguardando-se o sigilo e o anonimato de ambas.

Os resultados obtidos nesta pesquisa serão utilizados para fins acadêmico- científicos (divulgação em revistas e em eventos científicos) e os pesquisadores se comprometem em manter o sigilo e identidade anônima, como estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 466/2012 e 510/2016 e a Norma Operacional 01 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, que tratam de normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Você não terá nenhum custo com a pesquisa, e caso haja por qualquer motivo, asseguramos que você será devidamente ressarcido. Não haverá nenhum tipo de pagamento por sua participação, ela é voluntária. No entanto, há garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI, que acompanha e analisa as pesquisas científicas que envolvem seres humanos, no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Teresina –PI, telefone (86) 3237-2332, e-mail: cep.ufpi@ufpi.br Horário de Atendimento ao Público, segunda a sexta, manhã: 08h00 às 12h00 e a tarde: 14h00 às 18h00. Em caso de persistência de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Prof. ANTONIO ATENILDE RUFINO DA SILVA, pesquisador responsável através do telefone: (86) 98856 2608, e-mail: atenilde.silva@ifpi.edu.br

Após os devidos esclarecimentos e estando ciente e de acordo com o exposto acima, Eu _____ declaro que aceito participar desta pesquisa, dando pleno consentimento para uso das informações por mim prestadas, bem como autorizo a gravação de minha fala e a captação de imagem por meio de fotos. Para tanto, assino este consentimento em duas vias, rubrico todas as páginas e fico com a posse de uma delas.

Local e data: _____

ANTONIO ATENILDE RUFINO DA SILVA
CPF 793.990.533-34
Pesquisador Responsável

Anexo D – Roteiro da entrevista

ROTEIRO DA ENTREVISTA

- 1) No seu ponto de vista, qual a importância do Conselho Territorial de Desenvolvimento Sustentável Vale do Sambito (CTDSVS) para o desenvolvimento da região?
- 2) Quais os projetos realizados para o desenvolvimento da região do Vale do Sambito desde a sua criação do Conselho até dezembro de 2018?
- 3) Quais as principais ações já desenvolvidas pelo CTDSVS?
- 4) Existem ações desenvolvidas de forma permanente pelo Conselho? Caso existam, como elas são programadas?
- 5) Dentre as ações desenvolvidas pelo CTDSVS, qual/quais dela (s) você considera como fundamental (is) para o desenvolvimento territorial do Vale do Sambito?
- 6) Sabe-se que os recursos são escassos, o que implica eleger prioridades. Como é feita a escolha das prioridades dentro do Conselho?
- 7) Quais os principais obstáculos enfrentados pelo CTDSVS no desenvolvimento de suas atribuições?
- 8) Como são custeadas as ações desenvolvidas pelo CTDSVS?
- 9) De que forma a população da região tem se comprometido com as políticas do Conselho?
- 10) Em que parte do processo de participação a população da região é ouvida?
- 11) Quais os principais parceiros das ações desenvolvidas pelo Conselho e como eles colaboram?